

AMÉRICA LATINA

HISTÓRIA DE MEIO SÉCULO



2

BOLÍVIA
COLÔMBIA
EQUADOR
PERU
VENEZUELA



EDITORA

UnB

“Há uma história interna das coisas que nem sempre se correlaciona bem com a lógica do mundo.” A afirmação é de René Zavaleta Mercado, um dos analistas deste segundo volume da série **América Latina: história de meio Século**, ao discorrer sobre a situação vivida na Bolívia durante o período de 1932 a 1975. Este segundo volume traz também estudos sobre o período de 1925 a 1975 dos quatro países que, juntamente com a Bolívia, compõem o chamado grupo “andino” (Colômbia, Equador, Peru e Venezuela).

A afirmação feita por Zavaleta Mercado, assentada na falta de lógica e cooperação da comunidade boliviana, pode ser estendida aos demais países andinos, que não conseguiram superar suas dificuldades internas e alcançar **status** de bem-estar para seus povos. Devido a este aspecto idiossincrático, o panorama histórico desses países, repetido alternadamente, é bastante semelhante: luta das classes populares contra as oligarquias que detêm o poder, primordialmente por meio de intervenção militar.

É nesta ambiência política, que permite às nações imperialistas ditar o dia-a-dia dos povos andinos, que se consumam as guerras civis e os golpes militares. Tamanha instabilidade se reflete na inquietação com a ordem interna e com a militarização do Estado destes povos que, embora vizinhos, ainda não se descobriram.

FLÁVIO CASTRO

**AMÉRICA LATINA:
História de meio século:**



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: Cristovam Buarque
Vice-reitor: João Cláudio Todorov

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Editorial

José Caruso Moresco Danni — presidente
José Walter Bautista Vidal
Luiz Fernando Gouvêa Labouriau
Murilo Bastos da Cunha
Odilon Ribeiro Coutinho
Paulo Espírito Santo Saraiva
Ruy Mauro de Araújo Marini
Timothy Martin Mulholland
Vladimir Carvalho
Wilson Ferreira Hargreaves

Coordenação da Coleção “Pensamento Latino-Americano e Caribenho”

Geralda Dias Aparecida
Ruy Mauro Marini
Vitor de Paes Leonardi

AMÉRICA LATINA

HISTÓRIA DE MEIO SÉCULO

Volume 2

Pablo González Casanova (org.)

René Zavaleta Mercado

Antonio García

Agustín Cueva

Julio Cotler

D. F. Maza Zavala

Tradução: Marcos Bagno (Bolívia, Colômbia, Peru e Venezuela)
Alberto de los Santos (Equador)

Este livro ou parte dele não pode
ser reproduzido por qualquer meio sem autorização
escrita do reitor.

Impresso no Brasil

Editora Universidade de Brasília
Campus Universitário - Asa Norte
70910 - Brasília, Distrito Federal

Título original:

América Latina: história de médio século
Copyright 1977 by Siglo XXI Editores, S.A.

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília

Equipe Editorial:

Esmeraldino Henrique da Silva
Patrícia Maria Silva de Assis
Thelma Rosane P. de Souza

Arte Final:

Valperino Andrade

Supervisão gráfica:

Antonio Batista Filho

Capa:

Nanche Las Casas

ISBN

85-230-0257 - x

Ficha Catalográfica

elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

A512L América Latina: história de meio século/ Pablo
González Casanova, org.; [colaboradores]
René Zavaleta Mercado ... [et al.]; tradução
de Marcos Bagno e Alberto de los Santos.
— Brasília : Editora Universidade de Brasília,
c1988.

337 p. (Coleção pensamento-latino-ame-
ricano e caribenho ; 2)

Título original: America Latina : história de
medio siglo.

970/980 (7/8 = 4)

González Casanova, Pablo, org.

Mercado, René Zavaleta, colab.

Bagno, Marcos, trad.

Santos, Alberto de los, trad.

série

SUMÁRIO

Prefácio.....	7
1. Considerações gerais sobre a história da Bolívia (1932-1971). <i>René Zavaleta Mercado</i>	15
2. Colômbia: meio século de história contemporânea	75
<i>Antonio García</i>	
3. Equador: 1925-1975	133
<i>Agustín Cueva</i>	
4. Peru: estado oligárquico e reformismo militar	175
<i>Julio Cotler</i>	
5. História de meio século na Venezuela: 1926-1975	233
<i>D. F. Maza Zavala</i>	

PERU: ESTADO OLIGÁRQUICO E REFORMISMO MILITAR

Julio Cotler

I. AS TRANSFORMAÇÕES DOS ANOS VINTE

A década dos anos vinte caracterizou-se pelo desenvolvimento de uma importante transformação da sociedade peruana. Embora ela não tenha alterado inteiramente as bases sociais sobre as quais havia funcionado até então, redefiniu o caráter de sua organização, assim como o de seus conflitos sociais e políticos.

Três fatos principais singularizam aquela transformação. Em primeiro lugar, a afirmação do capital imperialista de origem norte-americano no setor das exportações primárias e das finanças, constituindo uma típica economia de enclave. Como é sabido, estas empresas buscavam produzir matérias-primas a um custo mais reduzido do que os que se podiam obter nos Estados Unidos, a fim de maximizar a acumulação e reprodução do capital da casa matriz. O objetivo era alcançado graças à existência no Peru de uma generalizada zona pré-capitalista que fornecia uma mão-de-obra o *cholo** barato — e os bens necessários para sua reprodução, a um custo muito abaixo do mercado norte-americano. Por sua vez, esta situação se via fortalecida pelo fato de os dividendos gerados pelo enclave serem investidos no país de origem do capital, impedindo a acumulação interna e frustrando, portanto, a extensão e o aprofundamento do capitalismo no Peru.

Assim, a natureza da formação dependente, na qual se combinavam desigualmente os modos de produção, com a presença dominante daquilo que o imperialismo trazia, veio a redefinir a heterogeneidade econômico-social do país.

Em segundo lugar, e em associação com o apontado acima, o Peru experimentou uma recomposição e uma reestruturação de suas classes sociais. De fato, no nível dos grandes proprietários nativos, operou-se uma emergência econômica e política do setor diretamente associado às exportações controladas pelo enclave e, correlativamente, houve o deslocamento daqueles que a inserção imperialista marginalizava. Simultaneamente, no nível dos latifundiários imersos na área pré-capitalista da sociedade, uma fração passou a associar-se à nova coalizão dominante, que lhe prestou seu apoio para eliminar aquela que se encontrava ligada clientelisticamente aos grandes proprietários opostos à nova fórmula subtraindo sua base política de sustento.

Desta maneira, observou-se, no interior da classe proprietária, uma recomposição de seus elementos centrais ao redor do enclave, o que permitiu, pela

* *cholo* — mestiço de branco e índio peruano (N. do T.)

primeira vez na história republicana, sua integração política e a centralização efetiva do Estado. A eliminação ou isolamento das tendências centrífugas das oligarquias regionais e de seus chefes foram possíveis graças à construção de um exército que respondia a uma só voz de comando, capaz de exercer domínio sobre a sociedade.

O Estado, porém, diretamente ligado aos interesses das empresas imperialistas e de seus associados nativos, inaugurava-se marcado pelo cunho dependente e oligárquico; sua natureza francamente coercitiva oferecia a imagem de uma situação colonial.

Simultaneamente à recomposição e reorientação experimentadas pelos proprietários, observou-se, no seio das classes médias e dos setores populares, um fenômeno semelhante que seguia a dinâmica impulsionada pelos enclaves. A penetração do capital imperialista aparelhou um duplo e contraditório processo: por um lado, tal penetração significou a concentração da propriedade e da racionalização capitalista do trabalho, que se traduziu na espoliação camponesa e na conseguinte proletarização de parceiros agrícolas* arrendatários, assim como de pequenos e médios proprietários e a eliminação de um setor de comerciantes e industriais¹. Por outro lado, contudo, os latifundiários e as empresas estrangeiras estenderam seu domínio sobre as massas camponesas, expropriando suas terras a fim de obrigá-las a submeter-se à condição servil. A “refeudalização” de amplas áreas rurais tinha por objetivo organizar a produção de alimentos sob moldes senhoriais, produção que logo seria mercantilizada nos centros que o capital imperialista dinamizava. Assim, reerguia-se o modelo de dominação ibérica no qual as relações sociais de produção pré-capitalistas permitiam maximizar o sistema de apropriação capitalista². Por último, naqueles casos em que as comunidades de camponeses indígenas conseguiram preservar suas posses não tardou para que fossem incorporadas no mercado capitalista, experimentando-se um processo de diferenciação interna e o início do desmantelamento da organização comunal.

Vale dizer que, *prima facie*, a sociedade se apresentava em termos duais: o capitalismo que o imperialismo dirigia, e o “feudalismo” dos latifundiários nativos. Esta impressão, porém, escondia uma articulação que beneficiava o eixo capitalista da economia, com a conseguinte fratura da sociedade.

O terceiro fato que configura a transformação dos anos vinte é a emergência política dos setores da sociedade afetados pela transformação econômica e social em curso. Assim, os trabalhadores agrícolas — recentemente con-

* usamos o termo *parceiro agrícola* para traduzir os vocábulos tipicamente peruanos *comunero* e *yanacóna*, que representam formas de exploração em sociedade de uma mesma porção de terra (N. do T.).

1. Peter Kalren, *La formación de las haciendas azucareras y los orígenes del APRA*, Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 1970.

2. José Maria Arguedas, *Yawar fiesta*

centrados nas plantações de açúcar, algodão e arroz —, os operários mineiros e industriais, a pequena burguesia urbana e rural desalojada pelas mudanças que o capitalismo imperialista auspiciava, as comunidades que viam perigar sua existência pelo avanço dos latifundiários, a fração dos *comuneros* que eram expropriados por seus congêneres que se diferenciavam classicamente deles — todos entraram num processo de mobilização de diferente tipo e intensidade. Esta mobilização se canalizou através de organizações sindicais, políticas e culturais que foram adquirindo conotações antiimperialistas e antioligárquicas. O desenvolvimento político das classes populares foi determinado, ainda que com distintas projeções, pelo pensamento e pela atividade organizativa de Víctor Raúl Haya de la Torre e de José Carlos Mariátegui.

O debate que se levantou entre eles resume o que a partir de então se fez presente na “esquerda” latino-americana. Enquanto Haya de la Torre formulou a orientação nacionalista-revolucionária, Mariátegui lançou os fundamentos teóricos e a organização para o desenvolvimento do socialismo no Peru. O primeiro fundou a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA); o segundo, o Partido Socialista que logo após sua morte seria transformado no Partido Comunista Peruano, estreitamente ligado às diretrizes da Terceira Internacional.

Em 1928, e em resposta às críticas do dirigente cubano Julio Antonio Mella, Haya escreveu *El antimperialismo y el Apra*, onde formulou de maneira orgânica seu diagnóstico da América Latina e as prescrições características do nacionalismo revolucionário. Em termos muito esquemáticos, o autor parte da premissa de que o desenvolvimento da América Latina não seguiu o traçado que a Europa conheceu e que, por isso mesmo, os instrumentos políticos de sua transformação assim como a natureza da mesma devem ser originais, sem submissão aos cânones válidos para outros espaços históricos. Esta colocação tinha por objetivo rejeitar as fórmulas propostas pelo Comintern e pelos “comunistas nativos”.

Segundo Haya, na América se havia estabelecido um “feudalismo colonial” que impediu o desenvolvimento da burguesia e, conseqüentemente, da ideologia liberal. As guerras de Independência não significaram a erradicação do feudalismo, mas, sim, a preservação de tal modo de produção que rapidamente se associou com a burguesia comercial ligada ao emergente capitalismo inglês. Posteriormente, o capitalismo norte-americano substituiu o britânico, repetindo o modelo neocolonial. Daí que em pleno século XX a estrutura social do Peru e, em geral, da região latino-americana manifeste as características de um “museu vivo”, onde simultaneamente convivem todas as etapas da história humana.

Portanto, o imperialismo é responsável pela introdução do capitalismo na América Latina; o que leva Haya a concluir, parafraseando Lênin, que se o imperialismo é a última etapa do capitalismo na Europa, constitui a primeira etapa na América Latina. Este capitalismo imperialista, porém, ao articular-se

com o feudalismo, impede o desenvolvimento nacional. Na Europa, ao contrário, o desenvolvimento capitalista não só significou a eliminação das forças feudais como também o desenvolvimento das capacidades nacionais. Onde o autor conclui que “não é possível separar a luta contra o imperialismo estrangeiro da luta contra o feudalismo colonial na América Latina”.

Sendo assim, a exploração da coalizão feudal-imperialista se realiza sobre camponeses, operários, classes médias e também sobre a incipiente burguesia industrial. Ou seja, constitui uma exploração de caráter *nacional*. Assim, a exploração imperialista tem a dupla conotação de ser classista e nacional, onde esta última teria primazia: “A primeira consequência do crescente domínio econômico do imperialismo norte-americano em nossos países é uma consequência política: o problema da *liberdade nacional*”.

Daí que todos os explorados, indistintamente de sua classe social, devem coligar-se para desenvolver a luta antiimperialista e antifeudal, e pela libertação nacional. Tal luta só poderia ser empreendida com êxito através da constituição de uma Frente Única de Trabalhadores Manuais e Intelectuais, integrados num partido único que, à semelhança do Kuomintang, perseguisse a instauração de um Estado antiimperialista. Este, tal como o definira Vicente Lombardo Toledano para o caso do México, representaria os interesses nacionais na medida em que nacionalizasse os enclaves e acabasse com o feudalismo agrário. O Estado se abriria às classes nacionais, estabelecendo uma aliança entre elas que ele coordenaria por intermédio da representação dos interesses funcionais. Isto é, formalizando um Estado corporativo.

A fim de proteger a existência do Estado antiimperialista e de dinamizar a autonomia nacional, o Estado constituiria um poderoso setor econômico que, de acordo com o que Lênin teria afirmado, assentaria as bases para uma futura transição rumo ao socialismo. Paralelamente ao capitalismo estatal, e sob seu controle, seria possível o desenvolvimento de uma burguesia nacional e nacionalista. Assim, o novo caráter do Estado tornaria possível a integração e consolidação da nação.

Mas este projeto, ao mesmo tempo, era consciente das necessidades de capital e tecnologia de origem imperialista. Daí que Haya, de maneira explícita, conviera em aceitar “condicionalmente” a incorporação de tais recursos a fim de apurar o desenvolvimento econômico do Peru e da América Latina. É nesse sentido que chamou o imperialismo “constutivo”.

A dissidência de Haya com os postulados da Terceira Internacional se fundamentava principalmente na natureza de classe do partido e da revolução. Quanto ao primeiro, Haya rejeitava a possibilidade de constituir um partido classista, na medida em que o desenvolvimento histórico da América Latina e do Peru, em particular, havia frustrado o desenvolvimento numérico e qualitativo do proletariado. Seguir esta indicação, apontava Haya, significava na prática isolar-se da maioria da população interessada na luta antiimperialista e ver-se

impossibilitado de reunir o apoio necessário para levar a cabo a libertação nacional.

Ademais, o caráter dependente da sociedade peruana determinava que o objetivo fosse uma revolução nacional e popular e que o Partido que dirigisse a libertação nacional se sustentasse sobre todas as classes nacionais exploradas. A construção e direção desse partido não podiam estar a cargo do proletariado porque ele, por sua pequenez e recente incorporação urbana, não havia conseguido adquirir uma consciência classista e nacionalista. Em contrapartida, as classes médias eram as mais nacionais, capazes e beligerantes das que constituíam a frente e, por isso, eram as mais aptas para liderar a luta do conjunto das classes nacionais.

Mariátegui também partiu de uma análise histórica da realidade peruana para determinar o caráter da sociedade e da revolução peruanas. Os *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana* se caracterizam pelo rastreamento do caráter de classe mutante da história republicana. E embora Mariátegui tenha chegado a conclusões que em vários aspectos concordavam com as de Haya, diferenciou-se deste em aspectos-chaves. Enquanto Haya considerava a existência peruana compartimentalizada em vários modos de produção, Mariátegui assinalou com bastante clareza a existência de uma articulação entre feudalismo e capitalismo, que permitia o desenvolvimento deste último, que se definia, em primeiro lugar, por seu caráter imperialista e, em segundo lugar, por sua origem forânea. Donde partiria para afirmar que a libertação nacional e popular se definia por seu caráter anticapitalista, *tout court*.

Dois fatores confluíam para impossibilitar o desenvolvimento capitalista “autônomo” no Peru e na América Latina. O primeiro deles era que “a época da livre concorrência na economia capitalista terminou em todos os campos e em todos os aspectos. Estamos na época dos monopólios, vale dizer, dos impérios. Os países latino-americanos chegam com atraso à competição capitalista. Os primeiros postos estão já definitivamente assinalados. O destino destes países dentro da ordem capitalista é de ‘simples colônias’”. Em segundo lugar, Mariátegui negava rotundamente o caráter nacionalista da pequena burguesia, assim como dos grandes proprietários, por sua condição de vassalos do capital imperialista e pela carga colonial que traziam consigo, de desprezo e ódio às massas populares. Isto é, Mariátegui rejeitava com toda a clareza a possibilidade da constituição de uma burguesia nacional, e adiantava que o triunfo do nacionalismo revolucionário favoreceria uma recriação burguesa-dependente, como o vinham demonstrando o México e a China dos anos vinte³.

Embora tenha colaborado com Haya na constituição da Frente Antiimperialista, Mariátegui distanciou-se dele quando este fez nascer da Frente o Partido Único. Ainda que Mariátegui tenha sido claro ao assinalar a necessidade

3. José Carlos Mariátegui, *Temas de nuestra América*, Ed. Minerva, Lima.

de levar a cabo reformas democráticas e nacionalistas, estava firme ao sublinhar que elas só poderiam plasmar-se integralmente no socialismo. Neste sentido, Mariátegui reconhecia que o proletariado peruano era incipiente e sem consciência revolucionária; todavia, rejeitava a possibilidade de confundir os interesses do proletariado com os do campesinado e da pequena burguesia. A Frente tinha como objetivo conseguir a realização de reformas democrático-populares, ao passo que o Partido devia assegurar a passagem de tais medidas à revolução socialista. Do contrário o destino da Frente seria o que tomou o Kuomintang, em fins dos anos vinte.

Vale dizer que, enquanto Haya postulava a colaboração de classes com suposta vocação nacionalista, integrada num partido único, a fim de desenvolver uma luta antiimperialista e antioligárquica que tornaria possível forjar um Estado que lograsse a conciliação de clases, Mariátegui postulava a constituição de uma frente classista para realizar a revolução democrático-popular com transição rumo ao socialismo, tarefa esta que o partido classista deveria conduzir.

II. A CRISE DOS ANOS TRINTA

As mudanças dos anos vinte se fizeram patentes em todas as suas dimensões por ocasião da Grande Depressão. Esta crise exacerbou os conflitos sociais e políticos que se haviam gestado nos anos precedentes, deixando transparecer em toda a sua nudez a precariedade da classe dominante e de seu Estado, mostrando-os incapazes de dar solução política à situação originada fora de suas fronteiras.

Ao reduzirem-se drasticamente as exportações e ao cortar-se o fluxo dos empréstimos norte-americanos, o lucro dos proprietários e do Estado se viu diminuído. Milhares de trabalhadores recém-incorporados à esfera capitalista foram lançados ao desemprego. A retração da demanda de alimentos, mercantilizados pelos latifundiários, assim como pelos setores que se enriqueciam no interior das comunidades, fez com que recrudescessem as exigências sobre os camponeses, desatando uma onda de levantamentos rurais. Assim, aflorou violentamente uma luta de classes encarniçada, sem que mediassem valores ou instituições capazes de estabelecer qualquer consenso nacional. O caráter dependente-oligárquico do Estado, fundado na coerção, determinava esta situação.

Em tais condições, foi tangível a incapacidade dos proprietários e do Estado para controlar a situação e dar solução às exigências populares. De 1930 a 1933 o país viveu uma sucessão de levantamentos militares e de insurreições populares que tornaram patente a crise da ordem estabelecida pela coligação oligárquico-imperialista.

No meio dos proprietários renasceram os tradicionais conflitos entre a fração que se havia associado ao enclave e que havia governado durante a década

precedente, e a que havia sido desalojada por ela. Simultaneamente, vieram à luz os ânimos hegemônicos das várias oligarquias regionais silenciadas pela coligação dominante. Por outro lado, a classe popular agrupada ao redor do Partido Comunista e da Apra insurgiu violentamente contra a ordem estabelecida. Seguindo as ordens da Terceira Internacional, o PC promoveu a constituição de sovietes de operários e soldados; a Apra dirigiu várias insurreições, a principal delas na cidade de Trujillo, que custou a vida de milhares de habitantes, assim como de oficiais e soldados.

O resultado final deste conflito foi a integração do conjunto da classe proprietária em torno do exército, em sua luta contra as forças populares organizadas pela Apra e pelo PC. Este confronto lançou os fundamentos de um conflito que tomou, simultaneamente, um caráter classista e institucional Apra e exército — que definiu a luta política das próximas décadas. Com efeito, a partir de então a luta das classes básicas da sociedade se expressou através do conflito que contrapunha o exército à Apra, cada um destes associando em bloco classes diferentes; assim, o país passou a dividir-se em dois “partidos”: o aprista e o antiaprista, comandado este último pelo exército.

Os quadros superiores do exército não combateram apenas por sua identificação com o regime de dominação oligárquico, mas também por razões de natureza institucional. Na medida em que a única proteção com que contava a coalizão dominante era o aparato castrense, a Apra, pelos mais diversos meios, procurou destruí-lo. O exército, apesar de encontrar-se profundamente infiltrado pela Apra, conseguiu reagir contra os que atentavam contra sua integridade e, nessa medida, protegia o regime estatal no qual se inscrevia.

A precariedade política do regime político e a função proeminente que veio a ganhar a força armada seriam um elemento decisivo na história política do país nas décadas subseqüentes. Assim como a rejeição do exército à Apra, enquanto agente mobilizador da massas populares, na medida em que sua presença atentava contra a instituição militar. Do contrário não se compreende que as forças armadas mantivessem a mesma linha política, ainda quando a Apra e a classe dominante chegaram a um mútuo entendimento em meados dos anos cinquenta. Ou seja, a partir dos anos trinta o exército veio a constituir-se no elemento central do Estado oligárquico.

Em muito pouco tempo, a Apra conseguiu agrupar a seu redor a grande maioria dos setores populares e meios politicamente mobilizados do país, colocando o PC num segundo plano de importância. Várias são as possíveis explicações para este fato crucial. Em primeiro lugar, a tardia incorporação do capitalismo do tipo de enclave frustrava o desenvolvimento de um processo de diferenciação classista e, ao contrário, favorecia a manutenção de uma generalizada orientação pequeno-burguesa. Em segundo lugar, o PC, submisso aos ditames do Comintern, aos quais Mariátegui soubera resistir, adotou uma orientação “obreirista”, disposta à tomada imediata do poder por sovietes e, de acordo

com a orientação de “classe contra classe”, repeliu todo compromisso político com a Apra, acusando-a de “social-fascista”, qualificativo que os partidos comunistas europeus lançavam sobre os partidos reformistas agrupados pela Segunda Internacional. Esta concepção organizativa contrastava com a adotada por Mariátegui, que favorecia a organização sindical do proletariado, mas sem descuidar dos demais setores populacionais e em especial do campesinado, que, por constituir quatro quintos do total e achar-se submetido à exploração pré-capitalista, devia desempenhar um papel fundamental na etapa democrática da revolução rumo ao socialismo. Seria esta argumentação que valeria a Mariátegui a acusação de “populista” pelos teóricos comunistas.

É claro que em seu primeiro embate contra as forças oligárquico-imperialistas o PC foi duramente golpeado, dado o caráter incipiente da organização política dos trabalhadores. Enquanto isso, a Apra conseguiu articular-se amplamente com os operários agrícolas, camponeses, pequena burguesia e membros da velha aristocracia regional do norte, uma vez que a ideologia nacionalista que pregava e a organização que estabeleceu se adaptavam às condições regionais. Com efeito, era nessa região que o enclave havia promovido a mais importante reviravolta na estruturação tradicional. Ademais, Haya de la Torre participou da contenda eleitoral que o país viveu em 1931, o que lhe permitiu difundir suas idéias e procurar a organização do partido, que alcançou um nível organizativo totalmente insólito no país. Embora tenha sido derrotada nas eleições de 1931 por uma margem muito estreita, a Apra conseguiu consolidar-se nas diferentes camadas populares e médias do país, constituindo-se numa organização nacional tanto por sua orientação quanto por sua irradiação.

É assim que, devido à crise dos anos trinta, a qual determinou a queda do governo de Leguía (1919-1930), se desatou uma insuspeitada presença política de natureza popular. Um setor das massas populares urbanas se associou ao novo chefe de Estado, coronel Sánchez Cerro, que adotou uma retórica tipicamente populista. Por sua vez, a insurgência política dos operários, camponeses e empregados que se orientavam pelas diretrizes ideológicas dos novos partidos, criava condições para uma reorientação do Estado, tal como aconteceu em outros países da região. Mas, para tanto, faltava o outro termo da equação: um setor burguês “moderno”, interessado em estabelecer com as classes populares uma aliança, por intermédio de um Estado arbitral. Esta ausência se explica pelo caráter e pela profundidade da inserção capitalista, que impediu o desenvolvimento industrial do país e, com ele, a diferenciação interna da burguesia e a emergência de um setor orientado para o mercado interno.

Por outro lado, a fração da classe dominante que se coligou com Sánchez Cerro foi aquela desalojada pela aliança oligárquico-imperialista estabelecida nos anos vinte e que se caracterizava por sua natureza profundamente pré-capitalista. Se em algum momento havia mostrado pretensões “nacionalistas” *avant la lettre*, tal se devia a seu repúdio ao capitalismo “fenício” que ameaça-

va destruir os traços patrimoniais, católicos e hispânicos da sociedade peruana. Daí que originalmente pregara uma ideologia arielista* e que logo, ante a emergência popular, se manifestara simpatizante das fórmulas corporativas e fascistas.

A relação que esta fração da classe dominante ansiava estabelecer com as massas populares não era a de um compromisso, mas de sujeição. Uma política de conciliação com “*cholos*, índios e negros” estava fora de qualquer possibilidade e era impensável para estes herdeiros da colônia.

Precisamente pela falta de uma fração industrial da burguesia e, ao contrário, pela reemergência política da fração mais tradicional, o confronto político com a Apra chegou às raias de guerra civil. Por isso mesmo, a Apra, ou melhor, as massas populares apristas adotaram posições revolucionárias. Assim, a guerra de classes foi declarada abertamente no Peru durante a década de trinta. Enquanto o exército e a polícia exerciam uma violenta repressão sobre as camadas populares, a Apra favorecia o desenvolvimento de levantamentos armados que deveriam permitir a abertura de um canal democrático para a política peruana.

Em 1939, o general Benavides, que havia congregado a sua volta a classe dominante em seu conjunto em sua luta contra a Apra, convocou eleições a fim de recriar as bases institucionais da dominação oligárquica. Desde antes e durante o governo de Manuel Prado foram-se modificando as orientações políticas da Apra e do PC. A razão fundamental dessa mudança foi a crise internacional, que levou Haya a conceber os Estados Unidos, e sua nova política de “bom vizinho”, como uma força democrática capaz de favorecer a implantação de regimes análogos na América Latina. O PC, por sua vez, e seguindo as novas orientações “browderistas”, colaborou com o governo nos esforços bélicos contra o Eixo nazi-fascista.

III. A EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA DE 1945

Os novos ares democráticos que sopravam na América Latina por causa da luta e da vitória contra o fascismo na Europa favoreceram o aparecimento reluzente das forças populares no cenário público, preparando-se para as eleições de 1945. A classe dominante se viu na obrigação de ceder ante a pressão, mas conseguiu condicionar a participação popular para que esta não obtivesse o monopólio do aparato estatal. O triunfo da Frente Democrática Nacional,

* *arielismo*: ideologia traçada pelo escritor uruguaio José Enrique Rodó (1872-1917) em seu livro *Ariel* (1900). Trata-se de um hispano-americanismo estético e cultural baseado na religião católica e num programa político elitista. Rodó combate a influência do norte-americano grosseiro, negociante, puritano e economicamente materialista, opondo-lhe não a cultura propriamente latino-americana, mas a da classe dominante a que o escritor pertence (N. do T.).

patrocinada pela Apra, na qual convergiam diferentes setores e figuras “progressistas”, foi esmagador, apesar de só haverem votado cerca de 15 por cento da população em idade hábil, devido às restrições aos analfabetos. Uma euforia desconhecida reinava no país, condensando a vocação de transformação que animava as classes médias e populares.

As mudanças se tornaram patentes em todos os âmbitos da existência. Multiplicaram-se de imediato as organizações sindicais, constituíram-se federações estudantis; abriam-se novos meios de comunicação que tratavam de assuntos até então vedados pela imprensa oligárquica; observou-se a rápida exaltação de escritores e profissionais que, de diversas maneiras, representavam os novos interesses que os setores populares proclamavam, enquanto se expulsavam dos centros universitários os mais notórios professores oligarcas. Enfim, era visível a ascensão política das massas assim como o encolhimento das forças oligárquicas.

Ora, a ordem oligárquico-imperialista tinha como fundamento básico a exclusão das amplas maiorias populares do produto social e a monopolização dos recursos por uma reduzidíssima camada de proprietários em associação com o capital imperialista. A entrada maciça das massas populares na cena política ameaçava claramente aquela ordem. Assim, entre 1945 e 1948, o desenvolvimento político se caracterizou pelas pressões para “abrir” o sistema, torná-lo mais distributivo e estabelecer um mecanismo de conciliação classista que estabelecesse as bases de um consenso democrático. A reação dos afetados para impedir este desenvolvimento não se fez esperar, conseguindo que o experimento democrático terminasse lamentavelmente em 1948, com o golpe que então patrocinaram, encabeçado pelo general Manuel Odría.

A estratégia básica do Partido Aprista se caracterizou por assegurar o experimento democrático e impedir que a coalizão dominante se visse tentada a reinstaurar uma nova fase repressiva. Isto é, a primeira prioridade do Partido era assentar o livre jogo político liberal, através do exercício parlamentar. Mas, simultaneamente, este objetivo de amainar os conflitos interclassistas e os ódios que se haviam acumulado nos últimos quinze anos devia conjugar-se com medidas redistributivas que satisfizessem as exigências imediatas que, de maneira mais aguda, as massas populares reclamavam. Exigências que, se satisfeitas, significavam, por seu turno, socavar as bases do regime de dominação. A necessidade de manter um prudente equilíbrio entre ambos os objetivos fez com que a Apra desenvolvesse uma política ambivalente, que rapidamente voltou-se contra ela própria.

Seguindo este plano político, Haya de la Torre, num famoso discurso, estendeu os braços aos que o ouviam no Clube Nacional, reduto da oligarquia, convidando-os a reunir esforços e esquecer os ódios que dividiam os peruanos; é de então sua famosa frase: “a Apra não veio tirar a riqueza de quem a tem, mas criá-la para quem não a tem”. Neste mesmo sentido, a Apra não forçou

a aprovação de nenhuma medida radical no Parlamento, a fim de não romper o acordo que buscava concluir. Em vez de reforma agrária, propôs uma lei que reconhecesse os “direitos adquiridos” dos *yanaconas*; em vez de uma lei eleitoral universal, favoreceu a constituição de conselhos municipais governados por representantes dos interesses funcionais.

Mas a pressão popular das massas apristas passava por cima da acomodação parlamentar que a direção do partido queria estabelecer. Tal pressão se manifestou através da sindicalização e do desenvolvimento de uma onda de greves, a fim de aumentar os salários e os soldos. Conjuntamente com esta pressão salarial, os trabalhadores exigiram controle de preços dos alimentos e sem geral daqueles bens que lhes permitissem melhorar sua condição de existência. Estas exigências determinaram um súbito incremento das importações e o governo destacou um aumento dos gastos assistenciais — educação, saúde, habitação — a fim de satisfazer as novas demandas de emprego e de consumo urbanos.

Esta tendência se associou com a drástica queda das exportações, motivada pela recessão internacional causada pelo fim da guerra européia e pelo início da reorganização da produção e do comércio internacionais. O governo de Prado, que havia mantido estancados os impostos das matérias-primas de exportação, “como meio de apoiar os Aliados”, fez com que o país se encontrasse desprovido de reservas. Daí que o aumento das importações significou um rápido esgotamento das divisas. Este fato, associado com a alta dos custos de produção e a retração das exportações, promoveu uma crise fiscal e uma espiral inflacionária.

Frente ao problema combinado de inflação e de crise nas balanças comercial e de pagamentos, o governo adotou um par de medidas que conduziram à luta frontal entre as forças apristas e a coalizão que controlava os recursos econômicos. Estas medidas foram o estabelecimento de um controle de câmbios e a obrigação de os exportadores entregarem ao governo as divisas que obtivessem com a venda no exterior de açúcar, algodão, petróleo e minerais. É claro que tais legislações atentavam econômica e politicamente contra as bases mesmas do regime de dominação; reduziam as margens de lucro e, em segundo lugar, promoviam um intervencionismo estatal em seus domínios.

Essas decisões governamentais determinaram o realinhamento das forças oligárquico-imperialistas a fim de destruir o governo e suas bases populares de sustentação. Assim, não só se tratava de reinstaurar um governo à medida dos interesses econômicos da classe dominante, mas também de expulsar das ruas a “plebe” aprista. Numa palavra, a classe dominante pretendia voltar ao estado de coisas dos anos trinta.

Depois de várias décadas, as forças oligárquicas foram capazes de se organizarem politicamente na Aliança Nacional, que começou a difundir uma ideologia de acordo com seus interesses. Esta ideologia era a que havia assentado as bases da ordem oligárquica: o governo devia procurar um clima de confian-

ça para o investidor, que assim estaria em possibilidades de criar empregos e multiplicar a riqueza coletiva. Este clima de confiança significava, para a coalizão dominante, estabelecer a ordem e anular as pressões populares “exageradas e demagógicas” que os políticos alentavam para fazer valer seus interesses privados. Estabelecer a mais absoluta e irrestrita liberdade à atividade dos capitalistas, restringido-se o Estado a fazer cumprir tais regras, assim como a promover os investimentos privados através da construção de escolas, hospitais e estradas, de acordo com suas “reais” possibilidades.

Mas a Aliança Nacional não se restringiu a difundir seu ideário político: também organizou seus representantes políticos no Parlamento a fim de integrar sua ação nesse cenário. Esta ação se manifestou pelo não comparecimento às reuniões parlamentares, fazendo assim com que as Câmaras Legislativas não pudessem abrir sessão por falta do quorum regulamentar. E, devido à natureza constitucional do regime, o presidente da República se viu imobilizado para agir legalmente. Desta maneira a classe dominante e sua representação política procuravam enfraquecer as pressões políticas que atacavam seus interesses.

A deterioração política do país corria velozmente, e nela nenhum dos competidores demonstrava sua “lealdade” para com o jogo político pluralista recentemente instaurado. Não só porque o país não havia tido oportunidades para habituar-se àquela prática, mas essencialmente pelo fato de que se erguia uma situação insolúvel, de soma zero. De um lado, o regime de dominação oligárquico-imperialista se mantinha incólume e, de outro lado, as massas populares, especialmente urbanas, perseguiam a redistribuição dos recursos monopolizados pelos proprietários. A experiência democrática buscava conciliar ambas as situações simultaneamente, o que era um contra-senso. O resultado foi a intensificação da luta de classes que ameaçava dismantelar a institucionalidade oligárquica.

Em 1947 foi morto Antonio Grana, proeminente membro de uma família oligárquica e diretor do jornal *La Prensa*, que encabeçava a luta antiaprista da Aliança Nacional. O assassinato, imputado a um dirigente aprista, fez com que o jogo político se envenenasse definitivamente e que os preparativos golpistas, de ambas as partes, se apressassem.

No seio da Apra, as pressões dos setores mais radicalizados se dirigiram a fazer com que a chefia do partido autorizasse a organização de um movimento revolucionário antioligárquico e do qual participariam as massas populares, a tropa e oficiais jovens. Mas, simultaneamente a este plano, Haya de la Torre concertava alianças com chefes militares para que eles se adiantassem dando um golpe de Estado que, supostamente, abriria uma via democrático-parlamentar que institucionalizaria as mudanças antioligárquicas. Assim, em 1948 como durante toda a década de trinta, as massas apristas se mostravam muito mais radicais que sua chefia, a qual, no entanto, dada a organização vertical do Partido, Haya de la Torre podia controlar.

Não obstante as dificuldades que a direção do Partido opunha à mobilização antioligárquica, o comitê revolucionário da Apra dirigiu um levantamento da marinharia que, ao não contar com a necessária coordenação com as outras bases militares dispostas a solidarizar-se com ele, foi rapidamente sufocado. Assim, em 3 de outubro de 1948 abortou a revolução aprista pela atividade contraditória da direção desse Partido. (Vinte anos depois, no mesmo dia, as forças armadas iniciaram um governo que varreu com as bases oligárquicas de poder e com a dominação imperialista de enclaves que subsistiam no país.)

Por conta deste fracassado levantamento, o governo pôs a Apra na ilegalidade, iniciou a perseguição de seus militantes e dirigentes, assim como das organizações associadas ao Partido. Agora sim, a Aliança Nacional se encontrava sozinha em cena. Faltava eliminar o cambaleante governo de Bustamante y Rivero, que havia sido formado com o concurso da Apra; antes de um mês o general Odría, com os auspícios da Aliança, deu o esperado golpe.

O novo governo presidido por Odría (1948-1956) pôs em prática todas e cada uma das exigências oligárquicas. Aboliu todas as disposições que de alguma maneira restringiam as atividades da oligarquia e do imperialismo; para criar o necessário “clima de confiança”, perseguiu encarniçadamente os movimentos antioligárquicos, especialmente a Apra e o PC, assim como as organizações populares que se haviam criado no curto lapso democrático.

IV. A NOVA PENETRAÇÃO IMPERIALISTA E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS

A partir da instalação do governo de Odría iniciou-se um novo processo de desenvolvimento do capitalismo no Peru, movido pelas inversões estrangeiras que não só ampliaram seus investimentos nos tradicionais enclaves agrários e mineiros, mas também na manufatura e no sistema bancário. Esta situação provocou, tal como durante as três primeiras décadas do século, uma nova reestruturação das classes da sociedade e a formação de novas orientações sociais e políticas.

A partir de 1950, e amparadas pelo “clima de confiança” criado por Odría e pela demanda exterior, as exportações tiveram um crescimento duradouro até aproximadamente 1965. Enquanto em 1950 o valor das exportações era de 180 milhões de dólares, quatorze anos mais tarde elas subiram a 590 milhões, a preços constantes de 1963. Vale dizer que durante esse período as exportações tiveram um crescimento de 8 por cento anuais, enquanto a América Latina em seu conjunto e durante o mesmo período viu crescer suas exportações em 4,3 por cento anuais. Ademais, os termos do intercâmbio foram favoráveis ao Peru na medida em que a alta do preço do cobre e da farinha de peixe significou um incremento de 8 por cento anuais do valor real das exportações. Desta manei-

ra, o Peru teve no período 1950-65 um crescimento econômico de 6 por cento anuais.

Este crescimento econômico significou uma mudança na composição relativa dos diferentes setores. Enquanto a agricultura baixou sua participação de 22 por cento para 17 por cento do produto bruto, a pesca industrial veio a cobrir essa diferença. A isso se agregou a crescente importância da manufatura e da mineração que ganharam em conjunto de 18 a 24 por cento na sua participação do produto nacional bruto. Ademais, estes dois últimos setores experimentaram um crescimento anual de 8 por cento. Em compensação, a agricultura de exportação — os enclaves — não cresceu mais que 2,7 por cento anuais, e a produção de alimentos para o consumo interno foi de 0,8 por cento anuais, muito abaixo da taxa de crescimento da população.

Vê-se então que o cenário econômico era notório o deslocamento dos enclaves imperialistas e dos latifundiários ligados a eles, e em contrapartida a emergência dos setores urbanos e industriais.

Graças às facilidades concedidas à inversão estrangeira pelo governo de Odría, e que não foram restringidas até 1968, quando se instalou o governo militar, a participação do capital imperialista aumentou de maneira considerável, afetando de forma fundamental as mudanças econômicas e sociais apontadas. Entre 1950 e 1965 o crescimento da intervenção direta norte-americana na mineração foi de 379 por cento (enquanto no Chile foi de 45 por cento). O mesmo capital aumentou sua participação nos setores não mineiros (pesca, indústria e rede bancária) em 180 por cento, enquanto no conjunto latino-americano este crescimento alcançou 111 por cento. Daí que em 1965 a participação do capital norte-americano nas exportações alcançou 47 por cento do total, proporção semelhante à que tinha em 1929. Em 1959, o governo da época concedeu uma lei de promoção industrial, além de particulares incentivos à indústria de automóveis e química, permitindo que a propriedade norte-americana no setor industrial saltasse de 35 milhões de dólares em 1960 para 92 milhões seis anos mais tarde. Nesse período, o crescimento industrial foi de 9 por cento anuais, do qual 80 por cento corresponderam ao capital norte-americano.

Em associação com o substancial aumento do capital estrangeiro na mineração e na indústria, experimentou-se igual situação no setor financeiro. Em 1960, 36 por cento dos ativos bancários estavam nas mãos do capital estrangeiro. Seis anos mais tarde essa participação havia alcançado 62 por cento. Este verdadeiro assalto do capital imperialista no setor financeiro esteve ligado ao crescimento de sua participação na economia em sua totalidade. As novas empresas estrangeiras que se instalaram no país obtinham seu capital da “poupança” interna. Assim, em 1966 o empréstimo interno das empresas estrangeiras, em relação ao ano anterior, subiu em 36 por cento e reduziu seus empréstimos do exterior em 6 por cento. Deste modo o capital estrangeiro não só espo-

liava o país como também estrangulava o capital nacional, impossibilitando-lhe de obter os meios para conseguir expandir-se⁴.

Assim ao longo de cerca de duas décadas, entre 1950 e 1968, repetiu-se um processo similar ao de 1900-1930. Mas agora a concentração da propriedade do imperialismo não só era maior, como mais diferenciada, abarcando a indústria, que iniciava um processo de substituição de importações e de processamento primário das matérias-primas.

Todavia, diferentemente do que havia ocorrido nos países da região, que haviam estabelecido um processo substitutivo de importações em 1930, no Peru essa mudança se caracterizava pela crescente participação do capital estrangeiro, tanto em termos relativos quanto absolutos.

Esta nova fase do desenvolvimento capitalista-dependente do Peru produziu significativas modificações na estrutura da sociedade. O crescente desenvolvimento capitalista do país e sua penetração nas zonas pré-capitalistas causou a erosão dos mecanismos de dominação camponesa, o que favoreceu um êxodo migratório em direção aos estabelecimentos urbanos mais dinâmicos. Caiu relativamente a população ocupada na agricultura e cresceu o contingente de subemprego nas cidades; os setores artesanais foram desalojados pela produção industrial.

As conseqüências políticas promovidas por estas rápidas mudanças não tardaram a manifestar-se. Em primeiro lugar, tornaram-se evidentes as contradições entre o desenvolvimento do modo de produção capitalista e as formas pré-capitalistas que até o momento se encontravam associadas àquele. Se até 1950, aproximadamente, as condições do desenvolvimento capitalista de enclave se encontravam estreitamente relacionadas com as modalidades pré-capitalistas de produção centralizadas na região serrana do país, a partir dessa data entraram abertamente em contradição devido ao desenvolvimento manufatureiro e urbano. Agora, a manutenção de uma importante proporção da população submetida a condições de servidão mostrava um anacronismo histórico que tinha de ser resolvido a fim de que se expandisse o mercado interno. É assim que a partir de meados da década de cinquenta começou a surgir um poderoso movimento camponês disposto a erradicar as formas arcaicas de exploração social.

Paralelamente a ele, erguia-se um novo movimento operário, composto preponderantemente por uma população jovem, recém-migrada para a cidade, que não tivera experiência política prévia. Uma nova camada de profissionais e técnicos vinha crescendo, em concordância com a diversificação e especialização do aparato produtivo, assim como do sistema educativo universitário, ao qual acudiam os filhos da pequena e média burguesias rurais em busca de novos canais de ascensão. Assim, entravam no cenário público novos atores sociais, exi-

4. Shane Hunt, *The growth performance of Peru* (ms.), Princeton University; Rosemary Thorp, *The expansion of foreign ownership in Peru in the 1960's* (ms.), Cambridge University.

gindo participar da vida política e pressionando contra a ordem restritiva que Odría tinha reimplantado.

Como se disse anteriormente, o governo de Odría veio servir aos interesses diretos da coalizão oligárquico-imperialista. Entretanto, no transcurso de seu mandato, propôs-se incorporar novos setores de proprietários no seio da classe dominante e dar assistência aos novos grupos populares a fim de ampliar sua base de sustentação e legitimar sua posição, ao mesmo tempo em que socavava a influência aprista no seio das classes média e popular. Graças ao aumento das receitas estatais derivado do crescimento das exportações, Odría incrementou o gasto público destinando-o à realização de obras públicas. Desta maneira, os proprietários desalojados pelo avanço capitalista poderiam reincorporar-se plenamente no seio da classe mediante a obtenção de prebendas públicas, e a nova massa popular podia obter emprego. Além disso, a ditadura odríista ampliou relativamente a cobertura assistencial, outorgou participação aos operários nos lucros das empresas e concedeu o voto às mulheres. Por último, e sempre com a vista posta na tarefa de dismantelar a Apra, o novo setor da classe dominante constituído por Odría formou o Partido Restaurador, no qual se buscou incorporar, em especial, a crescente massa de imigrantes rurais, e com a qual estabeleceu uma típica política de clientela, similar à que existia entre patrão e servo nos lugares de origem dessa população. Estas foram tarefas efetivas, como se veria anos mais tarde.

A criação de uma nova camada burguesa — associada à política do ditador e à política assistencialista dirigida para as massas “marginais” — tendia à constituição de uma coalizão populista, motivo pelo qual Odría foi comparado a Perón. Um jornalista comunista falava do grupo odríista como o representante da “burguesia nacional”... Mas as restrições para cristalizar uma política populista eram demasiado grandes: o crescente domínio oligárquico-imperialista tornava impossível uma reorientação do Estado e a instalação de uma política que buscasse conciliar as classes fundamentais da sociedade. Todavia, o assistencialismo de massas de Odría concedeu-lhe um espaço político autônomo em relação a seus patrocinadores originais.

Tal fato fez com que os oligarcas começassem a achar o comportamento político de Odría muito “arbitrário” e demasiado autônomo. Nestas condições, o mesmo grupo que favorecera o golpe de 1948 propôs, através de *La Prensa*, o retorno ao “estado de direito”. Assim, voltava a repetir-se a relação entre oligarcas e caudilhos: devido a sua incapacidade de hegemonizar a vida política, as oligarquias tinham de avalizar militares que posteriormente buscavam autonomizar-se de seus patrões, promovendo uma tensão interna do grupo dominante.

A mobilização que o jornal *La Prensa* realizou entre as camadas médias urbanas, com a aprovação tácita do clandestino Partido Aprista, obrigou Odría a convocar uma verdadeira convenção de “notáveis” no convento de São Do-

mingos, a fim de procurar a integração política da classe dominante, que se manifestaria através de uma candidatura única. Estava claro, no entanto, que para instaurar um estado de direito era necessário convocar eleições e nesse sentido era fundamental contar com os votos majoritários que o Partido Aprista controlava. Daí que o resultado da mencionada convenção fosse por demais insólito: em primeiro lugar, a classe dominante mostrou suas divisões internas, entre uma fração que respondia à antiga coligação de latifundiários e enclaves, e outra que representava os interesses urbanos e industriais. Ambas as frações buscaram ganhar o apoio da Apra. Enquanto Lavallo, designado por Odría como herdeiro político, oferecia à dirigência aprista a legalização do Partido depois de receber a investidura presidencial, Prado ofereceu à Apra co-governar com ele e constituir uma aliança política que passou a chamar-se “Convivência”. Manuel Seoane, segundo homem da Apra, declarou então que a fração representada por Prado era a mais apta para compreender os objetivos apristas pela constituição de uma burguesia nacional.

V. A CRISE OLIGÁRQUICA

O triunfo do Manuel Prado, com o apoio dos votos apristas, foi considerado pela maioria dos observadores políticos como uma nova etapa da vida do país que devia dar passo à consolidação de um regime institucional, democrático e pluralista, na medida em que os dois blocos políticos mais importantes da sociedade — Apra e uma importante fração da classe dominante — passavam a aceitar as regras do jogo político democrático. As regras implícitas no novo jogo eram que a Apra devia abandonar seus postulados e métodos radicais, constituindo-se numa “oposição leal”, enquanto a fração dominante coligada com este Partido se comprometia a apoiar medidas redistributivas, segmentárias, a fim de ampliar os benefícios sociais a maiores setores populares da sociedade.

Como explicar esta súbita mudança entre estes seculares inimigos? Em última instância, ambos os setores chegaram à conclusão convincente de que, dados os processos de transformação que se desenvolviam no Peru, era impossível alcançar seus propósitos sem contar com a colaboração do opositor tradicional; numa palavra, que para existirem deviam encontrar a maneira de coexistirem de forma institucional. Do contrário, o fantasma do comunismo podia chegar a encobrir a todos e fazê-los sair de cena. Para a fração dominante que apoiava este novo experimento, a criação do clima de confiança para os investidores, numa situação de rápida urbanização e industrialização, só era possível pela cooptação política da dirigência aprista. Assim, através da participação “responsável” da Apra na atividade governamental, ela se encontraria obrigada a controlar as exigências populares e interceptar o comunismo. A ameaça tácita de recorrer ao exército e à perseguição, caso o Partido Aprista

não se ajustasse às novas regras, cumpria um papel de chantagem permanente. A Apra, por seu lado, e em especial seu chefe, chegou igualmente a convencer-se da necessidade de consolidar um regime democrático, através do qual pudesse chegar a dirigir o Estado. Já não era possível seguir postulando que “só a Apra salvará o Peru”, posto que esta posição não levava senão à clandestinidade e à ineficácia política. Por outro lado, a classe dominante se tornava mais moderna e as empresas norte-americanas, ao participarem na indústria, eliminavam o caráter feudal da sociedade. O que cabia fazer era legislar a fim de tornar mais distributivo o capitalismo, “popularizar o capitalismo”. Para levar a cabo estas reformas era necessário um entendimento com os capitalistas — à maneira dos partidos social-democratas europeus —, já que do contrário alentava-se o desenvolvimento de tendências radicais, presentes na própria Apra, e do comunismo em particular.

Através de uma convivência democrática conseguir-se-ia consolidar as instituições representativas e os valores democráticos que levariam a Apra e seu chefe a dirigir o governo.

Todavia, no mesmo momento em que se estabeleceu o pacto entre a Apra e a classe dominante, emergiram novos setores da sociedade, graças às transformações que vinham ocorrendo na estrutura social e que repeliam a estratégia aprista. Assim se criaram vários partidos: o Democrata-cristão, o Movimento Social Progressista, ressurgiu o Partido Comunista, e apareceu um novo partido de massas, Ação Popular. Este último teve a capacidade de aglutinar em poucos meses um setor importante da sociedade, que em outras condições teria sido recolhido pela Apra, em torno da candidatura de Fernando Belaúde, conseguindo obter cerca de um terço da população eleitoral de 1956.

Além destas novas organizações que lutavam por canalizar a orientação antioligárquica das classes populares e médias, entraram maciçamente em cena o campesinado e a massa popular amontoada nos arrabaldes e nas favelas da cidade. Com eles a população universitária reiniciou sua participação política. Os trabalhadores urbanos, ante a abertura democrática, reconstruíram suas organizações e pressionaram a fim de melhorarem sua participação econômica. Assim, restabeleceu-se novamente uma situação análoga à de 1945, quando o regime de dominação oligárquico confrontou as pressões redistributivas dos setores populares e médios, organizados sindical e politicamente. A terra, a moradia, o emprego, os salários, a educação, a saúde, passaram a converter-se nos focos problemáticos da nova situação, destacando-se uma intensa mobilização política. Novos partidos, novos sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, organizações estudantis, com seus jornais e revistas, rapidamente ocuparam uma posição estratégica no cenário político.

Mas, diferentemente do que havia ocorrido em 1945, quando a Apra alentava as mobilizações populares, nesta oportunidade o Partido, como mediador entre as massas e o governo oligárquico, desempenhou um papel de controle

de importância fundamental. Precisamente por isso, era capaz ao mesmo tempo de conseguir para seus seguidores vantagens segmentárias, favorecendo uma política de clientelização entre as camadas populares.

A aliança entre a Apra e uma fração da classe dominante voltou a cindir esta politicamente. De fato, devido às características do desenvolvimento capitalista, combinado com formas pré-capitalistas, assim como pela crescente participação estrangeira na economia desde os princípios do século, a classe dominante desde os anos vinte não conseguiu integrar-se politicamente através de um partido, com a exceção da Aliança Nacional. Esta não integração da classe dominante pôs-se em evidência em toda a sua crueza através das diferentes posições que adotaram os jornais mais importantes do país, *El Comercio* e *La Prensa*. Enquanto este último, nos quais se encontravam os organizadores da Aliança Nacional, proclamava a necessidade de implantar uma economia de mercado, que devia levar o Peru a experimentar um “milagre à alemã”, *El Comercio* levantava a urgência de se levar a cabo uma política reformista, estatizante e nacionalista, ao mesmo tempo em que profundamente antiaprista.

Desta maneira, *El Comercio* se associava ideologicamente aos novos partidos políticos criados pelas camadas médias reformistas. Este jornal diário, tal como aquelas organizações, levantava a necessidade de se executarem modificações estruturais que erradicassem as duas contradições básicas que a sociedade peruana apresentava: a persistência do pré-capitalismo frente ao desenvolvimento industrial do país, e a crescente submissão do capital nacional e do Estado ao governo e empresas norte-americanas. De acordo com o diagnóstico desse jornal e dos novos partidos políticos, tornava-se urgente uma “reforma das estruturas” que procurasse a nacionalização da sociedade e do Estado.

A urgência de realizar tais reformas se devia, segundo *El Comercio*, a razões de segurança nacional, que como se verá mais adiante coincidiam palmo a palmo com as novas tendências que se desenvolviam no seio das forças armadas. Externamente, o país enfrentava o perigo do “comunismo internacional”, mas também a inveterada política expansionista chilena. Internamente, o descontentamento popular favorecia a difusão e o arraigamento de ideologias “extremistas”.

Ou seja, sem uma política redistributiva que apagasse as diferenças entre capital e trabalho, sem um Estado que planificasse a orientação da economia, devolvendo aos “peruanos” o controle que o capital estrangeiro exercia, a existência nacional corria sério perigo.

Simultaneamente, porém, o caráter relativamente nacionalista e reformista de *El Comercio* se combinava com orientações políticas autoritárias. Estas se definiam concretamente por seu profundo antiapristismo. O antiapristismo basicamente se justificava, tal como no seio das forças armadas, porque o Partido era uma organização de massas muito estruturada que só com sua presença desafiava a institucionalidade e representava a ameaça de que aquelas mudanças

estruturais se fariam a partir da mobilização política popular, a qual arrasaria, a sua passagem, as instituições e levaria o país ao caos. *El Comercio* se proclamava a favor da mudança de estruturas, mas de “cima para baixo”. Por isso atacava ruidosamente a “Convivência”, por sua recusa a realizar tais mudanças estruturais e pela presença aprista nessa coalizão. E, em contrapartida, dirigia sua campanha ao exército para que ele, ocupando o governo do Estado, realizasse as mencionadas mudanças estruturais.

Frente a esta posição de *El Comercio*, *La Prensa* se apresentava como o porta-voz técnico-político do setor dos exportadores, capazes de remediar os problemas do país. Em 1956, por ocasião do estabelecimento da “Convivência” entre a fração urbana da classe dominante e a Apra, o setor oligárquico da burguesia, que, por outro lado, continuava sendo o de maior importância econômica, achava-se relativamente deslocado do governo. Em 1957-58, e devido à recessão econômica, o país viu cair suas exportações, o que produziu uma crise fiscal. A campanha de *La Prensa* contra a política econômica e o fato de que nesse jornal se agruparam os interesses do setor dinâmico da economia, dominado pela coalizão oligárquico-imperialista, obrigaram o governo de Prado a convocar o diretor de *La Prensa*, Pedro Beltrán, para dirigir o gabinete ministerial.

Assim, o grupo que, com intervalos, regia a política no país desde a segunda década do século voltou a cuidar diretamente de seus interesses, aplicando uma rígida política liberal. A “Convivência” se ampliou e a classe dominante em seu conjunto estabeleceu uma nova relação com a Apra, incorporando-a na proteção de seus interesses básicos. A política liberal de Beltrán coincidiu com um aumento da demanda externa dos produtos primários e com um reingresso de capitais que resolveu a crise fiscal, outorgando à “Convivência” fontes de legitimidade.

Contudo, uma medida favorável à International Petroleum Company (IPC), que explorava ilegalmente os poços petrolíferos, veio aguçar a luta de classes reinante no país, apesar dos esforços apristas por controlá-la. Uma alta de preços da gasolina serviu para que nas câmaras os representantes dos novos partidos reformistas iniciassem um caloroso debate não só sobre essa medida, mas sobre o estatuto que regia a empresa. Às mobilizações camponesas e aos esforços da classe operária para autonomizar-se das diretrizes apristas da Confederação de Trabalhadores do Peru veio somar-se um movimento nacionalista para recuperar a soberania sobre a exploração do petróleo. O debate se estendeu a todos os âmbitos da sociedade. Enquanto *La Prensa* tomava a defesa aberta da empresa norte-americana e do capital imperialista em geral, *El Comercio* impugnava a legalidade da empresa e da participação indiscriminada do capital estrangeiro em geral. Desta maneira, os problemas relativos à reforma agrária — da qual a “Convivência” se esquivava —, à habitação, ao emprego e aos salários se articularam com o da exploração imperialista do país, difundindo-se uma

tendência nacionalista que agrupava os novos partidos e que contava com o aberto apoio de um setor importante da oficialidade e da Igreja. Assim, esta orientação nacionalista e reformista vinha representar ideologicamente um projeto de uma “burguesia nacional” que na realidade não existia. Como em outras ocasiões históricas, a pequena burguesia radicalizada, em associação com um fragmento da classe dominante espreitada pelo imperialismo, representava política e ideologicamente o que podia ter sido, ou então aquilo em que aspirava a transformar-se.

Em finais dos anos cinqüenta, o cenário político se encontrava substancialmente modificado em relação ao que existia em meados dos anos quarenta, devido às transformações sociais e políticas que o país havia sofrido desde então. Vale dizer: o Peru enfrentava um generalizado movimento de natureza nacionalista pequeno-burguês, que procurava a democratização da sociedade e da política. Estas novas orientações penetraram em todos os níveis da sociedade e de suas instituições, generalizando-se a luta de classes em todos os âmbitos da sociedade. A Igreja e o exército, os dois pilares da ordem oligárquica, não ficaram alheios a esta situação.

VI. A IGREJA E O EXÉRCITO NA CRISE OLIGÁRQUICA

Desde finais da década de cinqüenta desenvolveu-se, no seio da Igreja, uma corrente reformista que também proclamava a necessidade de executar “mudanças estruturais”, que deviam melhorar as condições de vida da massa popular. Em nível internacional, esta tendência se viu apoiada por reuniões episcopais e logo pelo Concílio Vaticano II.

Uma das principais conseqüências desta nova posição foi o desenvolvimento de novas formas organizacionais do setor reformista do clero. Começou-se a observar a participação de eclesiásticos nas mobilizações camponesas, nas organizações dos bairros marginais e inclusive nos sindicatos de trabalhadores. Por outro lado, e através dos cursilhos de catequese, outro setor da Igreja orientou sua ação especialmente entre os novos setores emergentes das classes médias: militares e profissionais “gerenciáveis”.

Enquanto no primeiro caso os sacerdotes alentavam e participavam ativamente na mobilização das classes populares, os cursilhos buscavam constituir uma militância cristã entre os novos elementos tecnocráticos do país. Estes novos soldados de Jesus, fortemente coesos em grupos fechados, deveriam preparar-se para realizar mudanças na sociedade, a fim de socavar os recursos dos “anticristãos”, desde as posições de autoridade que ocupavam, ou que eventualmente deveriam alcançar. O interesse dos cursilhistas em implementar as mudanças sociais se devia ao fato de que desta maneira seria possível aparar as arestas existentes no seio da sociedade peruana, procurando assim um sentido comunitário para a existência nacional. Não seria por coincidência que uma

década mais tarde o governo das forças armadas e seus ideólogos insistissem sobre o caráter solidário, comunitário, da sociedade que se procurava criar.

No exército se deu, igualmente, uma série de modificações de caráter institucional e ideológico que favoreceram a autonomia da corporação, dos interesses da coalizão dominante e o fortalecimento de uma orientação reformista e nacionalista.

Tal como nos outros países da região, depois da Segunda Guerra Mundial e com o início da guerra fria, o exército peruano estabeleceu estreitos laços com seu similar norte-americano, a fim de conter “o avanço do comunismo internacional”. A relação técnica do exército peruano com o norte-americano significou a renovação do instrumental, dos dispositivos para seu uso e do aparato logístico. Tudo isso significou a intensificação da formação profissional dos militares. A modernização da instituição acarretou um novo tipo de estudos estratégicos, fundamentalmente o referente à “guerra total” e isso, claro está, supunha a análise da realidade concreta do país, desprezando-se os planos que até então se tomavam ao pé da letra dos textos franceses.

Foi neste contexto que nasceu o Centro de Altos Estudos Militares (CAEM). De início, esta instituição, que reunia oficiais superiores e pessoal executivo do setor público e privado, começou a analisar o “potencial” do país, no caso de surgir uma situação bélica. Estes estudos, dirigidos por técnicos de tendência reformista, deram resultados que, ao serem comparados com o potencial de outros países, criaram uma situação de alarme. Os estudos deram como resultado que o Peru se encontrava num estado de “subdesenvolvimento” em relação aos países vizinhos. Daí nasceu a exigência militar pelo desenvolvimento e pelo planejamento do mesmo.

O passo seguinte do CAEM foi detectar as causas daquele subdesenvolvimento a fim de aplicar as medidas necessárias para dar remédio a essa situação. Em princípios da década de sessenta, num documento do CAEM, eram resumidas aquelas causas da seguinte maneira: “A triste e desesperadora realidade é que no Peru o poder real não se encontra no Poder Executivo, Legislativo, Judiciário ou Eleitoral, mas, sim, nos latifúndios, exportadores, banqueiros e nas companhias norte-americanas”⁵.

Assim, a conclusão era de que a “nacionalização” e a reformulação do aparato produtivo eram fundamentais para incrementar o potencial do país. Da mesma forma, a economia devia ser planejada, aplicando-se as regras da logística, a fim de afirmar a soberania estatal-nacional.

Simultaneamente à ação do CAEM em finais dos anos cinqüenta, levou-se a cabo uma série de mudanças organizacionais no exército a fim de obter-se uma maior racionalização do aparato, de acordo com sua modernização ins-

5. Victor Villanueva, *El Caem y la revolución de las fuerzas armadas*, Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 1972.

trumental e sua adequação profissional. Um dos traços mais salientes de tal reorganização foi o fortalecimento da unidade de inteligência militar, que ampliou suas funções tradicionais ante o exame da guerra da Argélia, do Vietname, da Revolução cubana, da construção do Estado de Israel e seus conflitos com os países vizinhos, e, no interior, dedicou especial atenção ao movimento popular e à mobilização camponesa. O estudo destas situações, assim como a consideração “acadêmica” da insurgência e da contra-insurgência, desenvolvida pelos Estados Unidos, levou à conclusão que o problema da defesa nacional devia ser encarado não só como um problema “externo”, mas também como um problema “interno”. Ou seja, que a guerra total tinha duas frentes.

Enquanto a frente externa podia ser encarada, em primeiro lugar, pelos Estados Unidos em seu confronto com a União Soviética, a frente derivada das relações com os países fronteiriços devia ser facilitada pelo desenvolvimento do potencial. Em contrapartida, o problema da frente interna era de exclusiva faculdade do exército: vale dizer, era necessário detectar a possibilidade de que se criassem focos subversivos internos. Nesse sentido o serviço de inteligência detectou as causas dos movimentos populares pela persistência anacrônica do pré-capitalismo, da pobreza, do desemprego, das favelas e invasões, da “incomunicação” camponesa com o resto da sociedade e da alienação social e política dos estudantes e intelectuais em relação ao regime estatal. Em resumo, o serviço de inteligência descobriu a falta de integração social e política da população num conjunto nacional. Assim, não só o potencial se encontrava subdesenvolvido para enfrentar uma guerra total, como também a população não contava com as identidades nacionais propícias para constituir-se em soldados peruanos. Como diria um oficial, o Peru contava com dez milhões de habitantes, mas com muito poucos peruanos.

A conclusão era clara: tornava-se necessário modificar a situação na qual vivia a maioria da população, o que cortaria a possibilidade de que apoiasse a criação de focos subversivos. E, nessa mesma medida, a população se identificaria nacionalmente, outorgando a legitimidade ao Estado.

Assim, no nível da “superioridade” se criava uma consciência nacionalista e reformista, bem conectada com as colocações que *El Comercio* estampava, assim como as dos novos partidos reformistas, contrários à “Convivência”. Esta redefinição dos quadros superiores do exército, dos funções institucionais, aparelhou uma crescente autonomia das forças armadas em relação à coalizão dominante-governante e o correspondente desacordo entre a facção oligárquica e os setores modernos do exército.

Desde finais dos anos cinquenta, como temos insistido, desatou-se um poderoso movimento camponês que ocupava as terras dos latifundiários. Em princípios dos anos sessenta, a ação encabeçada por Hugo Blanco comoveu, por diferentes razões, a classe dominante e o exército. *La Prensa* desatou uma violenta campanha contra a “guerrilha” comunista, tentando assim fazer com que

o exército assumisse a tarefa repressiva contra o campesinado e em geral contra todo o movimento popular em vias de se autonomizar da Apra.

Embora o CAEM e o serviço de inteligência tivessem até princípios da década de sessenta relativamente pouca influência no seio da instituição, já que ela ainda estava dominada pelos elementos tradicionais, a nova oficialidade, tecnicamente preparada e doutrinariamente em processo de ressocialização, começou a cumprir cada vez mais um papel crucial nos planos militares e políticos do exército. O movimento camponês foi rápida e eficazmente desorganizado, mas no seio da oficialidade foi o primeiro aviso daquilo que poderia generalizar-se no país caso não se atacassem os problemas que davam origem a esse tipo de movimento.

Assim, a necessidade de executar mudanças estruturais mostrou ser uma plataforma conjunta de um setor do exército e da Igreja, de *El Comercio* e dos novos partidos reformistas, criando-se entre eles uma espécie de aliança. O conflito de classes que aguçava a divisão no seio da classe dominante, assim como nas instituições pilares do regime de dominação e que asseguravam sua hegemonia, intensificava-se à medida em que se aproximavam as eleições de 1962.

Para estas eleições se apresentaram seis candidatos, dos quais os três de maior envergadura eram: Haya de la Torre, que liderava a Apra e contava com o apoio da coalizão oligárquico-imperialista; o general Manuel Odría, que representava a fração mais tradicional dos latifundiários e da burguesia enriquecida com seu governo e que contava com o apoio de um importante contingente popular urbano que havia sido clientelizado por ele durante seu governo; e, por último, Fernando Belaúnde, que representava as novas forças reformistas que se haviam desenvolvido durante a década passada, isto é, Ação Popular, um setor da Igreja e do exército, interessados nas reformas progressivas que este candidato proclamava.

A disputa eleitoral não só foi muito intensa, como também todos os candidatos proclamavam sua vontade de realizar mudanças substanciais na sociedade. Ademais, Belaúnde insistia na necessidade de reajustar as condições da incorporação do capital estrangeiro e em especial da IPC. Frente à possibilidade de um triunfo de Haya de la Torre e seu partido, *El Comercio* desatou uma campanha, destinada ao exército, proclamando antecipadamente a natureza fraudulenta dos comícios devido às imoralidades apristas. Desta maneira, *El Comercio* esperava impedir o triunfo desse partido.

Embora os resultados fossem bem exatos, Haya conseguiu uma estreita maioria dos votos. Diante disso, o exército, a poucos dias da transmissão do cargo presidencial, depôs o presidente Manuel Prado e o exilou do país. Assim, em 1962 instalou-se no Peru o primeiro governo “institucional” das forças armadas na América Latina.

O golpe significou um claro repúdio à Apra, mas também a seus aliados da classe dominante, que o exército havia mantido precisamente contra os ata-

ques desse partido. Este divórcio informava da presença de uma crise hegemônica da burguesia oligárquica e do regime de dominação que ela sustentava.

O governo militar tentou pôr em prática as novas orientações que se haviam feito presentes no exército. No entanto, no ano que governou tornou-se patente que elas ainda não tinham amadurecido dentro da instituição militar e que as forças oligárquicas de um lado e o movimento popular de outro mantinham-se suficientemente íntegros e fortes para impedir que essa experiência de governo militar persistisse. Assim, este se viu na necessidade de convocar novas eleições para o ano seguinte, depois de ter realizado uma reforma agrária em La Convención, centro da mobilização camponesa, e de ter aprisionado centenas de dirigentes populares e de esquerda.

Dados os resultados de 1962, os partidos reformistas se aliaram entre si outorgando a vantagem a Belaúnde, que mostrava ser o candidato ideal das forças armadas, de *El Comercio* e da Igreja: sua plataforma era executar reformas, mas levadas a cabo técnica e gradualmente, administradas pelo Estado, sem que as massas populares tomassem a iniciativa.

VII. O DESENLACE FINAL

O ajustado triunfo de Belaúnde foi recebido com uma euforia insólita no país: repetia-se o fenômeno de 1945. Novamente as pressões populares buscavam romper com as restrições oligárquicas. As massas camponesas se adiantaram à próxima reforma agrária invadindo latifúndios; os operários organizados iniciaram uma onda crescente de greves a fim de melhorarem suas condições de vida; os estudantes, agrupados em “Cooperação Popular”, saíram ao campo, aos milhares, a fim de colaborar com os camponeses para “desenvolver a comunidade”. O governo convocou técnicos e profissionais para a tarefa de traçar “a conquista do Peru pelos peruanos”.

Ao cabo de seis meses de governo, Belaúnde convocou eleições municipais, suprimidas havia 50 anos, nas quais a Aliança Ação Popular-Democracia Cristã obteve um avanço considerável nas simpatias populares. Assim, tudo se apresentava favorável para a realização das pranteadas esperanças dos reformistas, o que deveria resultar na incorporação das classes populares e médias à vida política do país.

Mas as pressões populares e as tentativas reformistas tiveram de enfrentar, mui rapidamente, uma estrutura política de natureza oligárquica que chegou a ser um obstáculo intransponível. De fato, desde cedo se viu a impossibilidade de realizar reformas antioligárquicas e nacionalistas dentro de uma base estatal de claro perfil oligárquico.

A junta militar de governo que precedera ao governo de Belaúnde tinha decretado uma nova lei eleitoral que, sem suprimir o requisito de alfabetização — com o que a representação dos camponeses ficava eliminada —, estabelecia um

sistema eleitoral baseado na proporcionalidade das candidaturas ao legislativo. Portanto, como diria um comentarista, “o futuro presidente... careceria de maioria no Parlamento e deveria buscar apoio em algum dos grupos adversários, posto que representação proporcional significa quase indefectivelmente um governo plural”⁶. Está claro que o exército buscava impedir, assim, a constituição de um presidente “forte”.

Ora, os resultados eleitorais concederam à Apra a maioria das cadeiras no Parlamento, seguindo-lhe em importância a Aliança AP-DC e em último lugar a União Nacional Odrísta (UNO). Nestas condições o problema de governar para Belaúnde estava em sua capacidade de coligar-se com algum dos outros partidos, a fim de obter o necessário apoio parlamentar. Logo num primeiro momento, Manuel Seoane, segundo homem da Apra, assim como vários dirigentes da Ação Popular levantaram a necessidade de se estabelecer um acordo entre tais organizações que em conjunto representavam 70 por cento do eleitorado e que, além disso, participavam de um ideário semelhante. Apesar dos flertes “táticos” do Apra, um importante contingente de líderes e sobretudo os afiliados de base do Partido continuavam a sustentar os postulados originais.

Todavia, ainda que as afinidades fossem consideráveis, as dificuldades internas e externas para estabelecer-se essa aliança eram maiores. Se Ação Popular juntasse suas forças com os apristas, era de se esperar o repúdio do exército e do jornal *El Comercio*. Internamente, o setor radical do partido considerava a Apra como um partido “vendido” e estava fora de toda discussão a possibilidade de que seus líderes tivessem intervenção direta no governo. Da parte da Apra existia a percepção de que a Ação Popular era um competidor desleal, já que buscava “roubar” as bandeiras apristas e uma militância que por “natureza” correspondia ao velho partido. Outrossim, considerava que a AP estava infiltrada por comunistas que postulavam medidas radicais que hoje em dia estimava inadequadas em seu afã de reconciliar-se com a classe dominante e o imperialismo. Por último, o chefe da Apra não podia reconhecer Belaúnde como líder de um movimento de massas que ele havia forjado e dirigido durante 30 anos.

Foi assim que se dissolveu a possibilidade de integração política dos setores reformistas e o estabelecimento de uma relação construtiva entre o executivo e o legislativo. Com este fracasso se frustrou igualmente um projeto de colaboração de classes, pela ação mediadora do Estado. À divisão interna da classe dominante sobreveio a de seus variados intérpretes políticos, prosseguindo-se a divisão que o país experimentava desde os anos trinta, embora agora os protagonistas ocupassem diferentes posições em cena.

6. Guillermo Hoyos Osores, *Crisis de la democracia en el Perú*, Cuadernos Americanos, México, janeiro-fevereiro, 1969.

Ante a impossibilidade de conciliar e integrar os setores que agrupavam as forças populares, a Apra se ligou com seu inimigo de ontem: o odrismo, controlando conjuntamente com ele a maioria parlamentar. Em 1956, quando a Apra formou a “Convivência”, o setor radical do partido constituiu a Apra Rebelde — que logo se transformou no Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) —; em 1963, a coalizão Apra-UNO provocou uma segunda emigração de quadros jovens do partido, que passaram a engrossar o MIR.

A conformação da coligação Apra-UNO veio significar concretamente um permanente boicote parlamentar às propostas do executivo. Frente às crescentes pressões camponesas, a Apra, seguindo os interesses de seus aliados, pôs todos os obstáculos para impedir a aprovação de uma lei que tornasse efetiva a reforma agrária. A lei que o Parlamento aprovou estava retalhada e condicionada, a fim de não afetar os interesses dos exportadores. A capacidade de o Parlamento bloquear as iniciativas do executivo provinha dos poderes concedidos na Constituição de 1933. A preocupação dos legisladores de então era impedir uma ditadura presidencialista como a que havia imperado durante o governo de Leguía. Em outras palavras, as oligarquias regionais, desolajadas pelo centralismo capitalista que Leguía e os enclaves comandavam, procuraram manter seus foros através da preeminência de sua representação política nas câmaras. Daí o Parlamento ter a capacidade de interpelar e censurar os ministros — faculdade de que a coligação Apra-UNO usou e abusou durante o governo de Belaúnde: foi assim que durante seus cinco anos de governo ele se viu obrigado a designar 178 ministros, dos quais teve de mudar 94 e modificar integralmente a composição de seis gabinetes. Mas diferentemente do que se pratica nos regimes parlamentares, o presidente não tem o poder constitucional de convocar novas eleições parlamentares. Ademais, o Parlamento tem a potestade de aprovar a implantação de novos impostos ou as mudanças nas taxas impositivas, e por último não existe na realidade a figura do veto presidencial.

Vale dizer que em tais condições o presidente se encontrava atado à vontade da coalizão. Dadas estas relações, a coalizão desenvolveu uma estratégia que conduzia à rendição incondicional do executivo. Este nem podia negociar com a coalizão — pelas razões antes expostas — nem tampouco podia enfrentá-la diretamente sob os condutos institucionais. Um enfrentamento não institucional supunha armar organizacionalmente as massas e mobilizá-las contra seus inimigos, provocando uma situação inaceitável para o exército, *El Comercio* e para o conjunto da classe dominante. Além disso, não era seguro nessas condições que o próprio presidente estivesse em condições de controlar um tal movimento. Por último, o caráter aristocrático-carismático da personalidade de Belaúnde era contrário ao uso desses recursos “demagógicos”.

Assim se observou claramente a incapacidade de o governo incorporar as reivindicações populares nas considerações dos interesses estatais. A única so-

lução que cabia era reprimi-las e, efetivamente, de bom ou mau grado, o governo recorreu à destruição do movimento camponês e operário que se vinha construindo fora do aparato e do controle da Apra. Situação que coincidiu com a insurgência de quatro focos guerrilheiros organizados pelo MIR, que buscavam repetir em 1965 a façanha cubana.

O rápido fracasso belaundista e sua ação repressiva tiveram conseqüências da maior importância para o desenvolvimento político imediato. De um lado, significou que no seio da Ação Popular e, em geral, dos setores reformistas fosse ganhando peso a idéia de que a via democrática era um obstáculo para a consecução das mudanças estruturais; e que estas unicamente podiam realizar-se através de uma ação revolucionária das massas ou então mediante a instalação de um governo “forte” que não tivesse os entraves parlamentares. Em segundo lugar, o estopim guerrilheiro provocou uma violenta sacudida no seio do exército. As posições do serviço de inteligência, relativas à necessidade de realizar mudanças estruturais a fim de assegurar a paz interna, passaram a um primeiro plano. Todavia, tal como ocorria no seio do reformismo, também no exército dominava a crença de que era impossível realizar essas mudanças pela via institucional.

A situação não podia ser mais paradoxal. O Partido Aprista, que havia desenvolvido a consciência antioligárquica entre as massas, não tinha podido realizar seus objetivos devido à oposição militar. Durante os anos sessenta, quando as forças armadas adotaram uma posição favorável à realização do projeto aprista, o Partido tinha adotado as posições que o exército sustentara trinta anos atrás.

Assim, o governo perdia rapidamente a legitimidade com que havia começado. Era abandonado pelas forças sociais que o apoiaram inicialmente: a camada popular, o exército e inclusive seus próprios quadros políticos, devendo buscar a maneira de sustentar-se através de conexões pessoais no interior da classe dominante e do exército. A burguesia e a Apra tinham conseguido não só imobilizar os propósitos reformistas do governo, mas também culpá-lo por sua ineficácia e incompetência, fazê-lo perder suas bases de apoio e apresentarem-se como os sentinelas dos interesses gerais.

Enquanto as exigências imediatas dos setores populares que se canalizavam pela via do executivo eram sabotadas pelo Parlamento, aquelas outras que passavam pelo conducto aprista eram rapidamente satisfeitas. Dessa maneira, a Apra saiu ganhando com as perdas da Ação Popular e desenvolveu um sistema de clientelismo que afastava cada vez mais as bases originais com que contava a Ação Popular.

Nesta situação, os setores oligárquicos, com o complacente apoio aprista, iniciaram uma firme acometida contra Belaúnde a fim de que este lhes entregasse o governo efetivo, em vista de sua inabilidade e dos problemas econômicos que sufocavam o país. Desde o primeiro ano de governo, a política econô-

mica se havia fundado no financiamento deficitário, já que o Parlamento e o Executivo, cada um separadamente, aprovavam novos e crescentes gastos públicos, mas sem que o primeiro permitisse criar novas fontes de receita fiscal através da reforma tributária. Desta maneira, enquanto o gasto público ficava anualmente perto de 8 por cento do produto durante o governo de Odría (1948-56) e subiu para 9 por cento durante o governo de Prado (1956-62), Belaúnde e a coalizão começaram gastando 11,5 por cento do produto, proporção que subiu para 16 por cento em 1968. Enquanto em 1963 o gasto público do Peru era comparativamente dos mais baixos da América Latina, em 1968, foi o mais alto, salvo o da Venezuela. Mas, ao mesmo tempo, durante o período 1965-67, o déficit orçamentário cresceu num ritmo médio anual de 96 por cento, em comparação com o de 1964.

Este crescimento desmesurado do gasto público, em relação a suas disponibilidades, respondia às crescentes exigências populares. A coalizão Apra-UNO apoiou sistematicamente esta política a fim de assegurar e ampliar sua base social, desatando uma incorporação segmentar dos setores organizados, buscando satisfazer suas imediatas aspirações e obter sua cooptação política. Enquanto que, seguindo o traçado político oligárquico, evitava atender significativamente e de maneira generalizada à população rural e subempregada das cidades. Daí que a distribuição da receita durante a década de sessenta não se modificara senão a favor dos 10 por cento que ocupavam o topo da pirâmide social⁷.

Por outro lado, o executivo, em vista da impossibilidade de realizar as mudanças estruturais devido à oposição aprista, teve de satisfazer-se com a promoção da construção da infra-estrutura social. É claro que tal comportamento tornava cada vez mais patentes as contradições internas da sociedade, entre o “moderno” e o “tradicional”, favorecendo a presença política de novos setores sociais que exigiam sua participação nos benefícios sociais. As tensões, ao invés de se reduzirem, cresciam.

A alta das exportações e o maciço ingresso de capitais estrangeiros paralisaram-se a partir de 1965, reduzindo as receitas fiscais. Somado a isso, o déficit orçamentário determinou uma supervalorização da moeda provocando uma corrente de importações, que afetava a produção substitutiva interna. Assim, o país experimentou problemas da balança comercial e de pagamentos que se resolveram através do endividamento externo com o sistema bancário privado internacional. Empréstimos a curto prazo e com altos juros.

Um dos motivos centrais da campanha eleitoral em 1962 e 1963 foi, como se disse, o estatuto da IPC. Belaúnde prometeu resolver essa situação durante os três primeiros meses de governo. Cedo, contra tudo o que se esperava, o Parlamento lhe concedeu poderes especiais para resolver essa situação. Desta

7. Richard Webb, “La distribución del ingreso en el Perú”, em Webb e A. Figueroa, *La distribución del ingreso*, Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 1975.

maneira, caso Belaúnde chegasse a um acordo com a Standard Oil of New Jersey, o Parlamento poderia fazer seu esse triunfo; senão, se Belaúnde fracassasse, o Parlamento poderia fazer seu esse triunfo; senão, se Belaúnde fracassasse, o Parlamento poderia fazer seu esse triunfo. Diante de tal situação, o governo norte-americano decidiu cortar a “ajuda” oficial ao Peru — que, todavia, era considerado como uma das grandes esperanças para a realização dos propósitos da Aliança para o Progresso. Desta maneira o governo peruano se viu impossibilitado de contar com os recursos proporcionados pela AID enquanto não chegasse a um acordo que a empresa considerasse vantajoso, ao passo que o governo de Frei no Chile recebia uma considerável colaboração norte-americana — fato que não passou despercebido em alguns setores-chaves do exército peruano.

Assim, entre 1963 e 1967 a dívida externa do país se multiplicou: de 120 milhões de dólares para 700 milhões. Enquanto a dívida significou 8 por cento do valor total das exportações em 1965, três anos mais tarde ela alcançava 18 por cento.

Em 1967 tornou-se inevitável a desvalorização da unidade monetária numa proporção de 44 por cento, apesar de o presidente haver reiterado que não se chegaria a tal situação. O descrédito do governo se evidenciou quando, dois meses mais tarde, se realizou em Lima, que contava com a metade da população eleitoral do país, uma eleição para substituir um deputado falecido. Os resultados favoreceram amplamente os opositores do governo. A coalizão, com o apoio de *La Prensa*, ganhou a cadeira com a palavra de ordem “não mais impostos”, apesar de o governo não ter podido executar a reforma tributária destinada a corrigir a extremada regressão impositiva. O resultado eleitoral, que tinha um caráter plebiscitário, pôs em evidência a precariedade do governo de Belaúnde, graças à ação da coalizão.

Mas essa eleição também pôs em evidência o processo de constituição autônoma das forças que se proclamavam de esquerda. Desde finais dos anos cinqüenta, os trabalhadores vinham lutando por constituir uma organização sindical autônoma da Apra e da Confederação de Trabalhadores do Peru (CTP) que esse partido controlava. Em 1967, e apesar da repressão governamental fomentada pela Apra, constituiu-se a Confederação Geral de Trabalhadores do Peru (CGTP). Paralelamente a este esforço organizativo as várias forças de esquerda se congregaram ao redor de um candidato único nas eleições de 1967, obtendo 10 por cento dos votos, que em outras oportunidades se haveriam somado à aliança Ação Popular-Democracia Cristã.

A partir desses resultados eleitorais começou-se a ver um movimento de reagrupamento das forças políticas. O setor radicalizado da Ação Popular, que controlava o Partido, fez saber sua autonomia em relação ao executivo. A Democracia Cristã se dividiu, e o setor reformista se afastou da aliança que havia sustentado com o presidente. Belaúnde começou a favorecer uma aproxima-

ção com Haya de la torre e com Odría, a fim de encontrar uma saída política para o estancamento a que havia chegado o governo. A exigência da oposição de incorporar ao gabinete representantes daquele bloco foi rejeitada por Belaúnde, com o que a situação tendia a agravar-se. Diante da gravidade da situação econômica, com a ameaça de uma nova desvalorização, os sucessivos ministros da Fazenda solicitaram das câmaras a aprovação de medidas que significassem reajustes orçamentários e um fortalecimento do financiamento interno. Solicitações que foram rejeitadas, com as consequentes crises ministeriais.

Em fevereiro de 1968 conheceu-se um escandaloso contrabando no qual se encontravam implicados altos funcionários do governo e oficiais das forças armadas. Parecia que ninguém sairia livre da rápida desintegração política em marcha. O estado de desassossego no interior do exército era muito grande já que se percebiam todos os sintomas do cenário prévio à guerra do pacífico: imoralidade pública, desintegração institucional, crescente polarização da sociedade, reaparecimento das forças políticas de esquerda. Foi então que um grupo bem pequeno de oficiais do exército, estrategicamente colocado no serviço de inteligência, iniciou a elaboração de um plano de ação que deveria conduzir à constituição de um governo das forças armadas, que se encarregaria de realizar as mudanças estruturais que o governo de Belaúnde tinha sido incapaz de materializar.

Depois de várias crises ministeriais, em junho se abriu um parêntese, que na verdade mostrou ser o último ato deste drama de desintegração do governo e do regime de dominação oligárquica. O presidente, depois de múltiplas tentativas, constituiu um gabinete composto de “independentes” que previamente havia contado com a aprovação da coalizão. A aproximação do presidente à Apra, somada ao temor que se propagou em sua direção devido às numerosas acusações lançadas contra sua conduta irresponsável, e que podia derivar num novo golpe militar, determinaram uma súbita mudança no Partido aprista. Depois de cinco anos de “oposição desleal”, a Apra outorgou ao novo gabinete, juntamente com a representação da Ação Popular, “poderes extraordinários”, durante um período de sessenta dias, transgredindo as disposições constitucionais.

Este acordo entre a Apra e o executivo provocou uma severa reestruturação das alianças políticas, tal como se havia previsto em 1964, quando se rejeitou esta fórmula. A UNO cindiu-se e uma de suas frações adaptou-se ao novo compromisso. A direção da Ação Popular, junto com *El Comercio* e o exército repeliram esse pacto “infame”. Um setor do partido do governo, os chamados “carlistas”, dissociaram-se de sua direção e passaram a apoiar a constituição do novo pacto. Na medida em que o novo gabinete começou a impor as medidas que deveriam retificar o rumo até então adotado pelo governo, *La Prensa* passou à oposição violenta, por motivos diferentes dos aduzidos por *El Comercio*. Assim, a fragmentação da classe dominante e de suas expressões polí-

ticas parecia ter chegado a seu ponto culminante. Mas juntamente com este fraquejamento, a integração da Apra, como representante do reformismo que dirigia um contingente importante de massas populares e de classes médias, junto com o carlismo, que representava a versão mais moderna da burguesia, constituía uma renovação dramática do jogo político.

Os setores populares associados com as tendências de esquerda perceberam com realismo esta acomodação: uma última tentativa de reestruturar uma aliança da burguesia moderna, industrial, com pequena burguesia, a fim de favorecer um desenvolvimento associado com o imperialismo em sua nova versão, mas que deveria permitir uma margem de autonomia para o desenvolvimento “nacional”.

Ante o apoio que o novo gabinete havia obtido, o ministro da Economia, Manuel Ulloa, verdadeiro estratega da nova situação, viu-se na capacidade de iniciar uma política de estabilização e de reformas. Conseguiu estabelecer um programa para equilibrar o orçamento, por meio da restrição do gasto público e a criação do imposto sobre a propriedade. Dispôs a conversão das ações ao portador de maneira que fossem nominais, por meio do que o governo podia controlar a evasão tributária. Restringiu a participação estrangeira no sistema bancário e fortaleceu relativamente a participação do Estado e da burguesia nativa nas empresas de caráter estratégico para a economia nacional. Iniciou um processo de estatização do sistema bancário central, que até então era controlado pelos bancos privados. Todas estas medidas valeram para que *La Prensa* e os setores oligárquicos atacassem Ulloa furiosamente como “traidor” de sua própria classe.

Por outro lado, Ulloa conseguiu refinar a dívida externa, assegurando da mesma forma uma inversão multimilionária de capitais norte-americanos na exploração mineral que asseguraria a saúde da economia do país. Mas esta inversão estava condicionada ao ajuste com a IPC. Em julho de 1968, surpreendentemente a companhia modificou sua recalcitrante oposição aos termos propostos cinco anos antes pelo presidente. Na mensagem à nação, Belaúnde comunicou ter resolvido o problema que o Peru tinha com essa empresa e implicou os líderes parlamentares e chefes militares no ato de entrega dos poços, sem tornar pública as condições daquele acerto de contas. Em meio a tantos fracassos, parecia iniciar-se, ainda que tardiamente, um processo de realizações concretas e positivas do governo.

Entretanto, logo se levantaria uma sucessão de escândalos políticos que acabaram com o governo. O compromisso firmado pelo presidente consistia em que a IPC devolvesse os semi-esgotados poços petrolíferos que ela, segundo os peruanos, vinha explorando ilegalmente por mais de cinquenta anos e com os quais endividava cerca de 200 milhões de dólares, segundo uns, e 600 milhões, segundo outros. Em troca dessa devolução, o governo se comprometia a anular aquelas reclamações. Além disso, a refinaria continuava em mãos da IPC,

para que essa a ampliasse e lhe modernizasse as instalações. Ademais, a companhia continuava manipulando monopolicamente a distribuição da gasolina por um período de 40 anos, com a possibilidade de renovar essa concessão por mais 40 anos, isto é, até 2048... Como se tudo isso fosse ainda pouco, o governo lhe outorgava uma concessão de um milhão de hectares para prospecção e exploração do petróleo.

Quando chegaram ao conhecimento público os termos de tal compromisso, a indignação foi unânime. Além disso, porém, poucos dias depois de firmada a “Ata de Talara”, o gerente da Empresa Petroleira Fiscal fez pela televisão uma denúncia pública no sentido de que “alguém” havia subtraído a página onze daquele convênio, na qual se estipulava o preço do petróleo que a IPC se comprometia a pagar àquela empresa estatal. A notícia arruinou completamente a precária capacidade do governo. A Ação Popular retirou sua confiança do presidente, a Apra negou toda participação no ajuste, abandonando o governo a sua sorte. *El Comercio* arremeteu com fúria e convocou de forma explícita o exército para que se encarregasse da situação.

Nos últimos dias de setembro, o gabinete se viu obrigado a renunciar, e o presidente, depois de várias tentativas, conseguiu nomear um novo ministério em 2 de outubro. No dia seguinte, o golpe militar em gestação desde fevereiro não teve nenhuma dificuldade para capturar um presidente isolado de todo respaldo público. Assim se deu fim, sem pena nem glória, à última experiência de democratizar, pela via institucional, o regime oligárquico-imperialista.

O golpe militar, que parecia repetir a série ininterrupta de pronunciamentos em situações de crise política, resultou numa surpresa. O governo revolucionário das forças armadas iniciou uma série de medidas antioligárquicas que encerraram bruscamente um longo capítulo da história do país e inauguraram um novo.

VIII. A REVOLUÇÃO DE CIMA PARA BAIXO: A MILITARIZAÇÃO DO ESTADO

Tal como se disse anteriormente, durante o governo de Belaúnde se acumularam de maneira extremada as pressões de vários setores das classes médias e populares, especialmente dos camponeses, que pela primeira vez irrompiam no cenário público. A extensão, diversificação e agudização de tais exigências constituíram claras ameaças à manutenção da concentração do capital e do poder político da coligação oligárquico-imperialista.

Sob estas novas condições, perderam eficácia os mecanismos clientelísticos que as camadas dominantes haviam usado a fim de incorporar e segmentar relativamente os setores urbanos estrategicamente colocados ao aparato produtivo. A “massificação” da luta de classes e a própria natureza das reivindicações populares — como a propriedade da terra — fizeram com que os instru-

mentos políticos de dominação entrassem numa franca obsolescência, liberando grossos contingentes populares dos controles que até então os mantinham submissos.

A multitudinária mobilização de várias camadas da população exigia de fato a reformulação das relações sociais, em termos de uma redistribuição maciça dos recursos sociais. Isso supunha a destruição do latifundismo, em bancarrota, a multiplicação de oportunidades de emprego e de serviços públicos, a nacionalização da economia — ou seja, as pressões tendiam à obtenção de um reajustamento de toda a estruturação do país de modo a fazer do Estado representante dos interesses “nacionais e populares”.

Como se viu antes, os partidos reformistas que mediavam entre estas exigências e os interesses dominantes se encontraram incapacitados para integrar sua ação de maneira positiva, acomodando as pressões com os interesses dos proprietários. Os partidos se encarregavam das divisões existentes nas categorias dominantes, onde continuavam pesando politicamente os interesses tradicionais dos latifundiários e dos elementos associados com os enclaves. Daí a crise hegemônica da classe dominante e de seu regime de dominação.

Mas ao mesmo tempo em que tal crise se instalava plenamente na vida política peruana, nenhuma das classes subordinadas se encontrava em capacidade de constituir-se em alternativa política de natureza nacional. A destruição do movimento camponês, o embrionário desenvolvimento de um sindicalismo classista e a fragmentação organizativa da esquerda constituíam elementos chaves daquela incapacidade política. A Apra, por seu lado, tinha ganho um desprestígio inusitado graças a sua eficaz contribuição em desbaratar a experiência reformista.

Assim, em meio à crise política, o cenário se achava vazio de protagonistas capazes de organizar e dirigir a atuação de cada um e do conjunto dos setores sociais, com exceção das forças armadas. No seio de sua direção, a perspectiva geral era de uma crescente ameaça à ordem e às hierarquias institucionais. Os militares especulavam sobre a possibilidade de o conflito político escapar dos canais legais e beirar a insurreição, tal como havia ocorrido anos antes e como se observava em outros países, como o conseqüente perigo para a segurança nacional. Na medida em que esta ameaça era percebida como iminente, aumentava a ansiedade dentro de um grupo dirigente da instituição militar. Dadas as desastrosas experiências dos últimos anos, cada vez mais era aceita a idéia de que as medidas para deter a possibilidade insurgente só podiam levar-se a cabo sob um absoluto controle do Estado pelas forças armadas, o que, através de um desenvolvimento tático, impediria a atualização dessa ameaça e poria em marcha uma ação militar destinada ao desenvolvimento nacional.

Assim, o golpe militar de 3 de outubro de 1968 se caracterizou por sua natureza “preventiva”. Mas tal natureza não supunha “congelar” a situação, mas adiantar-se aos fatos previsíveis, pondo em marcha as reformas que evitassem

a desordem institucional. A ação militar, para ter êxito, devia realizar-se eficaz e ordenadamente, posto que do contrário o efeito desatado poderia reverter contra seus iniciadores.

É claro que sob estas premissas e objetivos, o governo devia estar inteiramente em mãos militares. Não somente sua composição devia ser definida pela instituição castrense, mas a legitimidade da atividade do governo devia fundar-se na que lhe conferisse as forças armadas. Dessa sorte, o título que o novo governo adotou vestia os propósitos da instituição: Governo Revolucionário das Forças Armadas (GRFA). Daí que uma das características do novo governo tenha sido sua permanente rejeição à participação autônoma das distintas organizações populares e em geral da sociedade civil na ação de reformular a natureza do Estado e da sociedade peruana.

Assim, o vazio político deixado pela crise hegemônica da coalizão dominante e, correlativamente, a integração político-ideológica existente no seio do exército permitiram que o GRFA emergisse com uma autonomia de ação relativamente importante frente ao conjunto da sociedade.

Se o primeiro traço da militarização do Estado é que sua composição, representação e legitimidade se fundam no aparato castrense, o segundo é ter adotado as práticas e procedimentos organizacionais do mesmo: a racionalização tecnocrática dos problemas e o procedimento burocrático dos atos de governo, assim como o estrito controle que consuma a prática do segredo e da “razão de Estado”. É assim que os problemas passam a ser considerados como estritamente técnicos; como em reiteradas ocasiões afirmaram vários chefes, “não somos políticos, não temos interesses particulares, só o da pátria”. Desta forma, a política se converte num ato burocrático que deve resolver-se por via administrativa, sem considerar a colocação nem a participação autônoma dos diferentes setores da sociedade na solução de seus problemas.

O Estado militar *decreta* “de cima para baixo” as bases de ação e os propósitos que melhor conviriam à população, que deveria submeter-se pacatamente a tais disposições. Daí que toda manifestação em contrário seja concebida como um ato de sabotagem, antipatriótico e portanto contrário à marcha da revolução militar, posto que a oposição tende a ser interpretada como um ato partidário que persegue a divisão, com o que isso supõe em termos militares. Todavia, a diversidade de opiniões que se desenvolvem frente a cada situação deve ser canalizada internamente pela via burocrática. Assim, a política é tolerada só no interior da administração e deve traduzir-se em diversas fórmulas técnicas.

É claro, porém, que, ao longo dos oito anos de governo, o grau de militarização do Estado flutuou em razão da pressão dos diversos setores da sociedade e de seus porta-vozes no interior do aparelho governamental. Mas isso não significou uma alteração dos propósitos originais das forças armadas quanto a manterem-se “por cima” da sociedade.

Na medida em que o GRFA emitia seus primeiros proclamas e executava as medidas antioligárquicas e nacionalistas, os quadros profissionais que se haviam desenvolvido durante as duas últimas décadas viram a possibilidade de executar os planos e projetos que inutilmente haviam confeccionado durante o governo de Belaúnde, sem que agora nenhum Parlamento os fresse. Mas não só os profissionais com vocação de se converterem numa “elite tecnocrática” se aproximaram do governo militar: também os intelectuais e quadros políticos das agrupações reformistas que tinham visto frustradas suas aspirações de mudanças estruturais; e, embora em menor medida, o mesmo aconteceu com dirigentes de esquerda que tinham visto com grande desilusão que as palavras de ordem de Debray tinham fracassado.

Desta combinação resultou que o GRFA começou seu trabalho “como o primeiro governo da CEPAL” na América Latina. Com a colaboração dessa organização, confeccionou-se um esquema de desenvolvimento para os próximos vinte anos e se lançaram as bases para um plano de desenvolvimento imediato. Segundo as declarações do primeiro-ministro, as metas do governo seriam atingidas em 1990. Juntamente com a tendência desenvolvimentista, foi adiantando-se outra que insistia nos postulados nacionalistas-reformistas, que se combinou vitoriosamente com a primeira. Assim foi-se observando uma crescente integração de técnicos, políticos, militares e intelectuais no aparelho governamental, não só pelas atividades que iriam desenvolvendo conjuntamente, mas por sua inter-relação ideológica, com a conseqüente assimilação de práticas e procedimentos, subordinados às considerações militares. Desta maneira os novos quadros profissionais, engenheiros, economistas, sociólogos, juntamente com ex-apristas, ex-populistas, ex-comunistas, ex-miristas, ex-trotskistas, entraram em relação íntima com coronéis e generais, na qual estes últimos têm a última palavra. Esta relação se fundamenta da seguinte maneira: os profissionais e ex-políticos propõem as ações que os militares julgam, em seu próprio âmbito, convenientes ou inconvenientes para serem executadas.

Em tais condições, os profissionais e ex-membros dos partidos se integram às fileiras do Estado, perdendo sua autonomia, e passam a subordinar-se à ação corporativa do exército. Isso não significa que sua ação não tenha uma influência significativa; ao contrário, o pessoal profissional foi e continua sendo de grande importância para propor e promover novos planos e procedimentos e para ativar uma importante polêmica no interior do governo e entre os militares.

De acordo com os diagnósticos preparados pelos militares, e baseados nos escritos dos intelectuais dos anos sessenta, o problema do país se fundava em sua dependência externa e na dominação interna que lhe dava viabilidade. Isso significava, concretamente, que para corrigir tal situação era necessário erradicar o enclave estrangeiro e suas ramificações, eliminar a área pré-capitalista do campo; ambas as ações deveriam depurar o caráter burguês da classe proprietária, alentando sua natureza nacional e industrial; por último, estas medi-

das deveriam fortalecer a capacidade empresarial do Estado e estabelecer seu caráter regulador. Desta maneira poder-se-ia promover a integração econômica e social da população em torno do Estado. Numa palavra, desde e a partir do novo Estado poder-se-ia formar a nação. Tudo isso, por seu turno, proporcionaria uma relegitimação do exército e a possibilidade de que ele desempenhasse efetivamente o papel que devia cumprir de garantir a segurança nacional, pois, como dissera o general Mercado Jarrín — lembrando-se talvez dos Meiji* — “um exército forte não pode sustentar-se sobre um país fraco”.

O fortalecimento do Estado e a consolidação nacional, combinados organicamente, outorgariam uma maior capacidade de negociação do Peru com as potências hegemônicas, permitindo-lhe estabelecer com elas um novo tipo de relação.

Vê-se claramente que esta perspectiva ideológica é uma repetição, com quarenta anos de distância, do projeto original da Apra. Daí um observador comentar que o “GRFA é um governo aprista, mas sem a Apra”. Não só porque esse partido não participava do governo, mas porque tampouco se encontravam presentes nele a representação das massas populares que lhe dessem o apoio necessário para realizar o programa nacional e popular que Haya subscrevera em 1928.

IX. O CARÁTER ANTIOLIGÁRQUICO E NACIONALISTA DO GRFA

No mesmo dia do golpe, o novo governo dirigiu ao país uma mensagem, a qual continha uma declaração de intenções, que tinha alvos desenvolvimentistas. Entretanto, seis dias depois tomou militarmente o complexo petrolífero, dominado pelo IPC, que constituía o símbolo mais nefasto da dependência do país em relação a uma empresa estrangeira. Assim se deu início a uma série de medidas destinadas a revolucionar a estrutura social e política do país e a modificar as relações do Peru com o capital estrangeiro.

A expropriação *manu militari* foi qualificada imediatamente como um caso único, na medida em que aquela empresa havia desafiado a legalidade e se havia negado reiteradamente a aceitá-la. A afirmação do caráter singular dessa ação do GRFA vinha a propósito do justificado temor à reação que poderia ter o governo norte-americano, tomando como precedente o caso cubano. Ao contrário do que se esperava, o governo norte-americano respondeu cautelosamente. Embora a Standard Oil tenha exigido o cumprimento imediato da Emenda Hickenlooper, que ditava o corte da quota açucareira norte-americana a um país que não indenizasse de maneira imediata o valor de uma empresa expro-

* Meiji = em japonês, *época esclarecida*, época que compreendeu os anos do reinado do imperador Meiji tennô e no decorrer da qual o Japão se tornou uma potência moderna (1867-1912). (N. do T.)

priada, as demais companhias norte-americanas estabelecidas no Peru pressionaram seu governo para que aquele conflito se desenrolasse pelas vias diplomáticas. De toda forma, parece que no interior do Departamento de Estado a experiência cubana levou a considerar-se o problema sem precipitação. Era necessário impedir que, pelas pressões norte-americanas, o governo peruano se “cubanizasse”.

Assim, o governo norte-americano considerou que o Peru tinha intenções de resolver o problema e enviou um representante pessoal do presidente Nixon para encontrar um ajuste de contas para a expropriação da IPC. Mas não acabariam aí as dificuldades peruano-norte-americanas. Quase simultaneamente ao surgir o problema da IPC, o governo peruano capturou barcos pesqueiros norte-americanos que não se sujeitavam à soberania peruana sobre as 200 milhas marítimas. Diante deste novo fato, os interesses norte-americanos exigiram a aplicação da Emenda Pelly, que proíbe a venda de armas aos países que capturem barcos de bandeira norte-americana fora da zona das doze milhas. A colocação em vigor dessa medida motivou o governo peruano a exigir a retirada da missão militar norte-americana no Peru e a suspender o convite a Nelson Rockefeller, enviado presidencial, que se encontrava em viagem pela América Latina. Ou seja, gerava-se um verdadeiro conflito internacional entre os dois países, que ameaçava chegar a uma ruptura final.

O GRFA inaugurou suas atividades proclamando e exercendo a soberania nacional e disposto, no pior dos casos, a considerar um confronto com a potência hegemônica. Era, na verdade, uma prova de fogo: se dela o GRFA saísse indene, ele teria os recursos políticos para definir total e completamente a estratégia que dirigentes deste governo tinham em mente. A decisão dos militares de atuar desta maneira não repondia, portanto, a um oportunismo político, mas à convicção de que era necessário correr o risco, talvez desmesurado, a partir do qual podiam estar seguros de poder realizar a “segunda independência” do Peru.

A reação norte-americana continuou sendo de extrema cautela. Os Estados Unidos buscaram a maneira de resolver as diferenças pela via diplomática e de afastar a possibilidade de se chegar a uma situação de “não retorno”.

Enquanto no ambiente peruano as drásticas medidas do governo e as difíceis relações com os Estados Unidos absorviam completamente a atenção do insólito comportamento dos militares, no seio do GRFA se iniciava uma aguda polêmica em torno do seguinte passo a dar. Neutralizada relativamente a hostilidade norte-americana, o governo estava em condições de acentuar a tendência nacionalista que deveria outorgar-lhe o respaldo necessário para um eventual confronto com o imperialismo. A decisão de considerar o problema agrário se encontrava em primeiro plano. Durante meses se discutiu a conveniência de ditar uma lei agrária e nesse sentido foram criadas várias comissões de técnicos e militares para que formulassem projetos alternativos. Os resultados va-

riaram desde os planos de típico perfil tecnocrático e desenvolvimentista, que deixavam intactas as propriedades “eficientes” dedicadas à exportação, até os de perfil radical. Em junho de 1969, e depois de um intenso debate interno, com o triunfo da posição reformista e a demissão dos militares associados com a primeira posição, o GRFA decretou a reforma agrária. “Camponês: o patrão não se alimentará de tua pobreza”, frase atribuída a Túpac Amaru*, dirigia a ação reivindicativa em favor dos trabalhadores do campo.

Poucos dias antes de promulgar esta legislação, na cidade de Huanta se desenrolou uma revolta popular contra um dispositivo que eliminava as possibilidades educacionais da massa popular. Esta situação não só apurou a outorga da lei de reforma agrária como também sua natureza radical.

Tal como no caso da IPC, o exército ocupou as instalações açucareiras, baluarte do enclave agrário e da burguesia oligárquica. O uso da força não só manifestava a firme determinação de erradicar a presença oligárquico-imperialista da agricultura, como também a de bloquear toda resistência política dos proprietários atingidos. A imagem de uma oligarquia poderosa, capaz de desbaratar este tipo de ações se mostrou, *a posteriori*, totalmente falsa. De fato, tal como se veria a partir daquele momento, a oligarquia se desinchou, literalmente, ante o primeiro ataque do governo; a partir daí foi incapaz de exercer uma oposição efetiva contra o governo. Não só a economia havia experimentado um processo de diversificação que desalojava o poder oligárquico como este politicamente havia perdido toda base de legitimidade.

A ação contra os “barões do açúcar” ia associada ao claro propósito militar de desbaratar o “sólido norte aprista”. Através da cooperativização das centrais açucareiras esperava-se que a população trabalhadora mudasse, da noite para o dia, de filiação política e abandonasse sua participação sindical, ambas dominadas pela Apra. No mesmo dia em que entraram nas plantações açucareiras, os militares proclamaram a inutilidade do sindicalismo nas cooperativas. Mas esta pretensão foi rechaçada pela denodada resistência operária que se articulou firmemente em torno de seus órgãos de classe.

A expropriação da IPC, a resistência ao governo norte-americano e a reforma agrária criaram uma substancial ampliação das bases de legitimidade do GRFA, concedendo-lhe, por sua vez, recursos políticos para avançar em seus programas. Por exemplo, no primeiro aniversário de proclamação da reforma agrária, o general Juan Velasco, que chefiava o governo, foi recebido de maneira entusiasta no “sólido norte” aprista por uma população que superava a que Haya podia agrupar no dia da Fraternidade aprista. Nos Estados

* Túpac Amaru: índio peruano que viveu no século XVIII e se dizia descendente dos antigos imperadores incas. Liderou uma grande revolta indígena contra os dominadores espanhóis, pelos quais foi finalmente morto. Tornou-se símbolo da resistência popular sul-americana contra qualquer tipo de domínio estrangeiro (N. do T.)

Unidos a medida foi qualificada como progressista, que se afinava com as recomendações da Aliança para o Progresso. Apesar de várias importantes propriedades norte-americanas terem sido afetadas, a lei não estabelecia nenhuma diferença no pagamento das indenizações a nacionais e estrangeiros. Este pagamento se faria em dinheiro líquido para as instalações de maquinarias, enquanto que pelo valor da terra foram entregues bônus que deviam vencer entre vinte e trinta anos. Caso os proprietários estivessem dispostos a transferirem-se para a área industrial, tais bônus seriam convertidos em dinheiro líquido em até 50 por cento do total da inversão.

Ademais, havia um fato que dava segurança ao governo norte-americano e à burguesia local. A reforma agrária se levaria a cabo sob a estrita condução e vigilância militar, pautada por cânones administrativos e técnicos que garantiriam a produção e a produtividade agrícola alcançada até então. Desta forma, não só se garantia que esta transcendental reestruturação não teria características políticas, como também que a economia do país não se veria afetada; ou seja: era uma reforma conduzida com “seriedade”.

A intenção do GRFA de terminar com as contradições entre o pré-capitalismo e o capitalismo industrial do país, entre a montanha e o litoral, entre o “nacional” e o “indígena”, supunha abrir as possibilidades de ampliar significativamente o mercado interno e o enlaçamento da agricultura com os outros setores da economia. E assim, paralelamente a esta integração econômica, levar a cabo a integração física e social da população.

Os planos governamentais em relação ao cumprimento da reforma agrária foram ambiciosos. Em cinco anos devia terminar-se com as indenizações e simultaneamente promover a produção de alimentos a fim de cortar a drenagem de divisas que o país sofria por causa das importações de gêneros alimentícios. Embora, ainda hoje, tenham sido desapropriados cerca de dez dos doze milhões de hectares, o problema da produção de alimentos não começou a resolver-se. A reforma agrária contempla a entrega de terras fundamentalmente mais a associações do que a indivíduos, a fim de criar uma ordem “comunitária, solidária e cristã”, que constitui os propósitos integracionistas do regime militar para toda a sociedade. Assim, criaram-se cooperativas, sociedades agrícolas de interesse social, e procura-se reforçar as comunidades camponesas. Paralelamente, várias instituições estatais estão interessadas na associação dos minifundistas em alguma forma de associação.

Todavia, o caráter burocrático da organização agrária e a natureza mesma do novo ordenamento da propriedade e da política fiscal acarretaram rapidamente novos tipos de problemas. Na primeira ordem de coisas, o governo dispôs a intervenção de pessoal técnico e militar nas empresas de maior rentabilidade, a fim de dirigir a marcha da produção, “regulamentando a participação” dos supostamente beneficiários, o que provocou desde o início um confronto aberto com a população trabalhadora. Em segundo lugar, a reforma

agrária demonstrou ter sérias limitações: ao término do processo de desapropriação das terras, cerca de 25 por cento da população rural se verá beneficiada, devido ao fato de a reforma se realizar levando em conta as unidades preexistentes. Por sua vez, a redistribuição interna do setor agrário tem um caráter profundamente segmentário: os que trabalhavam anteriormente à reforma nas plantações se farão beneficiários de um excedente muito superior aos que trabalhavam nas fazendas onde predominavam as relações pré-capitalistas, e isso devido aos diferentes graus de acumulação ali existentes. Assim, 2 por cento da população agrícola, que labora nas centrais açucareiras, estão em capacidade de receber cerca de 34 por cento do excedente agrícola.

Devido ao fato de os camponeses terem de pagar a dívida agrária ao Estado, para que este por seu turno reembolse os antigos latifundiários, produz-se uma corrente de descapitalização do campesinado e de acumulação burguesa nos setores modernos da economia. É assim que a dívida agrária se calcula em torno de 350 milhões de dólares, dos quais o campesinado saldou cerca de 20 por cento⁸. E a isto deve agregar-se uma fonte talvez maior de descapitalização agrária: o controle de preços dos produtos alimentícios e o subsídio aos artigos importados. Assim, entre a dívida agrária e o controle de preços, os camponeses são forçados a verem-se impedidos de executar medidas que elevem a produção e a produtividade de suas terras.

Assegurada a relativa neutralidade norte-americana e a decomposição da frente de oposição oligárquica, juntamente com o crescente mas ambivalente apoio popular, o GRFA iniciou, “a passo ligeiro”, uma série de medidas a fim de realizar uma “revolução burguesa contra a vontade da burguesia”, modificando substancialmente o papel que até então tinham desempenhado o Estado, a burguesia e o capital imperialista.

Uma rápida olhada sobre o conjunto das transformações econômicas faz ver que, num curto período, o GRFA eliminou de forma administrativa o caráter oligárquico e enclavado da economia, abrindo canais para a constituição de novas formas de acumulação capitalista, que deveriam criar um sistema original, “nem capitalista nem comunista”, “solidário, humanista, cristão e comunitário”.

No setor financeiro, o governo centralizou sua atividade econômica em torno do Banco da Nação, adquiriu uma parte importante da participação estrangeira no sistema bancário privado; limitou a participação estrangeira a 20 por cento dos ativos bancários e proibiu que as filiais estrangeiras abrissem sucursais e captassem a poupança interna. Organizou a Corporação Financeira de Desenvolvimento encarregada de dinamizar o financiamento interno e externo do Estado. Constituiu uma empresa centralizadora do Resseguro; centralizou

8. Aníbal Quijano, em Ernesto Feder, *Lucha de clases en el campo*, México, Fondo de Cultura Económica, 1976.

o movimento de moeda estrangeira, impôs o controle de câmbios e exigiu a repatriação dos capitais peruanos no exterior. Desta sorte, o Estado devia encontrar-se em capacidade de canalizar o crédito de acordo com seus planos, financiar as empresas estatais e assegurar ao setor privado industrial o crédito que até então monopolizavam as empresas imperialistas. De fato, logo o Estado se constituiu na entidade financeira de maior importância do país, ao controlar cerca de 65 por cento do capital financeiro.

Em seguida à estatização da IPC, o governo organizou a empresa Petróleos do Peru, que monopoliza a exploração e distribuição dos hidrocarbonantes. Da mesma forma, o Ministério de Energia e Minas adquiriu parcialmente as empresas produtoras de eletricidade, exigiu a devolução das minas não exploradas pelos concessionários, adquiriu o complexo mineiro Cerro de Pasco e em 1975 estatizou a empresa norte-americana que explorava as jazidas de ferro de Marcona. Decretou-se a estatização do comércio exterior do cobre que passava a ser realizado pela Mineiro-Peru, enquanto se financiava, no Japão e na Europa, a instalação de uma refinaria que beneficiasse a matéria-prima.

No setor industrial, o GRFA decretou em 1970 a lei de indústrias, na qual se estipula a exclusividade do Estado na produção dos insumos básicos: cimento, aço, química, papel, eletricidade etc., ao mesmo tempo em que criava a empresa Indústrias do Peru, encarregada de programar a instalação de empresas industriais. Simultaneamente, o Ministério das Indústrias organizou a Empresa Nacional de Comercialização de Insumos, única encarregada das importações daquelas mercadorias.

No ramo dos transportes, o governo acertou com a ITT a aquisição de 51 por cento do capital da companhia de telefones, montante que a ITT destinou à constituição de uma empresa mista produtora daqueles artefatos e à construção do hotel Sheraton em Lima. Devido à falência das ferrovias e à dívida que a empresa britânica tinha com o aval do governo, este tomou em suas mãos o sistema de transportes. Outrossim, o Estado impulsionou o transporte marítimo e promoveu a indústria da construção de barcos.

Em 1973, e por causa da ausência de enchova, a indústria pesqueira caiu numa dramática crise. Esta situação, acompanhada do endividamento da indústria para com o governo, fez com que este se encarregasse dela, estatizando o comércio exterior da farinha de peixe, que constitui um importante item das exportações do país.

Foi assim que em poucos anos o Estado peruano passou a controlar diretamente uma parte considerável da economia do país, constituindo um capitalismo de Estado que dirige cerca de 50 por cento do produto nacional. Enquanto em 1968 o estado peruano era um dos mais “fracos” no contexto latino-americano, em 1973 ele se havia desenvolvido consideravelmente.

A política externa do GRFA se definiu desde o primeiro momento por sua natureza “terceiro-mundista” e “não-alinhada”, destinada a diminuir a depen-

dência “externa”. Nesse mesmo sentido, promoveu a diversificação de seus mercados e de suas fontes de financiamento. Não só rompeu com o bloqueio norte-americano imposto pela OEA sobre Cuba, como também abriu relações com a China e expandiu notavelmente seu comércio com o bloco socialista: no ano de 1975 cerca de 20 por cento das exportações peruanas se destinavam aos países desse bloco. Esta nova política externa peruana pretende, também, neutralizar o possível bloqueio norte-americano ao nacionalismo peruano e especialmente no que toca o comércio de armas.

Simultaneamente, porém, o Peru procura insistentemente manter uma relação formal com os Estados Unidos e manter abertos os canais de negociação com o governo norte-americano e os capitais imperialistas. Foi assim que em 1974 os dois governos firmaram um convênio pelo qual, por meio de créditos concedidos pelos Estados Unidos, o Peru pagava as estatizações que havia efetuado de empresas norte-americanas, e que o governo de Washington se encarregaria de distribuir. Posteriormente, quando em 1975 o general Velasco, num ato que buscava recuperar sua imagem, expropriou sem aviso prévio a empresa que explorava o ferro, enquanto se negociava sua compra, estabeleceu-se um novo foco de conflito que ambas as partes buscaram aplinar, até que em 1976 se chegou a um acordo mútuo. Por outro lado, o governo chegou a um acordo com um conjunto de consórcios internacionais para que realizassem a mais grandiosa inversão da história numa só jazida. A inversão de 750 milhões de dólares na exploração do cobre de Cujone, que juntamente com o de Toquepala, do qual dista 40 quilômetros, constitui hoje em dia a mais importante concentração mineira do país, e que se encontra em mãos estrangeiras. A diferença desta exploração em relação aos enclaves é que a Minero-Peru se encarregaria de comercializar o cobre, que o Estado refinaria e, por último, que a empresa se obrigava a comprar insumos industriais no país. Ou seja: embora favoreça a instalação desta multimilionária inversão, o GRFA estabelece as bases para seu “desenclavamento”.

O Estado, da mesma forma, acertou contratos com 21 empresas para a exploração e produção do petróleo na selva, sob a fórmula do “modelo peruano”. Este estabelece que aquelas empresas pagarão à Petróleos do Peru a metade do petróleo que conseguirem encontrar, enquanto a empresa estatal se encarregaria de pagar os impostos respectivos. Em razão das perspectivas petrolíferas do Peru, o Japão financiou com 600 milhões de dólares a construção de um oleoduto para dar saída à costa ao petróleo *que deveria encontrar-se*.

Da mesma forma, enquanto deu seu respaldo à política de integração sub-regional e ao Acordo 24 do Pacto Andino que regulamentou o tratamento ao capital estrangeiro, o governo peruano fomentou o estabelecimento de empresas mistas com o capital estrangeiro na área metal-mecânica e química.

Foi assim que se deu uma dupla combinação de fatores que favoreceram, numa conjuntura favorável de caráter internacional, ao país receber entre 1970

e 1973 cerca de 3.000 milhões de dólares de empréstimos do sistema bancário internacional. O governo foi capaz de criar uma imagem “progressista” e nacionalista, mas ao mesmo tempo responsável por seus compromissos externos. De fato, este governo nacionalista estava disposto a recuperar sua soberania sobre seus recursos naturais, mas chegando a um acordo com as empresas estrangeiras — coisa totalmente diferente do que acontecia com o governo chileno da Unidade Popular. Em segundo lugar, o Peru apresentava as possibilidades de converter-se num grande exportador de cobre e petróleo, numa situação marcada pela alta dos preços destes produtos. Tudo isso se dava num contexto de extraordinário *boom* dos bancos internacionais, dispostos e encontrar mercados onde colocassem os excedentes criados pelo extraordinário desenvolvimento das empresas multinacionais durante os anos sessenta⁹.

Todas essas circunstâncias se uniram para que o Clube de Paris respaldasse o Peru, tornando possível que este renegociasse sua dívida externa e conseguisse esse acúmulo de empréstimos. O Banco Mundial e o Banco Interamericano desbloquearam os créditos ao Peru, favorecendo assim a política de capitalismo de Estado e de associação com as empresas multinacionais.

Em resumo, a reorganização do aparato produtivo estava destinado, em primeiro lugar, à eliminação do caráter pré-capitalista do campo e sua integração direta com a produção industrial. O incremento da oferta de alimentos deveria redundar na redução da importação dos mesmos e na liberação dessas divisas para a capitalização industrial. O incremento das receitas da população rural, por sua vez, deveria favorecer a ampliação e integração do mercado interno, contribuindo para a queda do desemprego e do subemprego urbano. Até aqui, idéias da Cepal. Todavia, esta política se viu limitada pelo caráter segmentário da redistribuição agrária e pela descapitalização relativa do campo.

Em segundo lugar, as reformas empreendidas pretendem erradicar o caráter oligárquico da burguesia local, promovendo sua conversão numa classe de caráter “moderno” e industrial, através da expansão do mercado interno e a integração vertical e horizontal do sistema industrial, sob a regulamentação e direta intervenção do Estado, que deveria arrematar num “desenvolvimento auto-suficiente”. Como veremos mais adiante, a burguesia resistiu a esta formulação e à autonomia do Estado frente a seus interesses e perspectivas.

Em terceiro lugar, a ampliação e o aprofundamento das funções empresariais do Estado, mediante sua colocação nos setores estratégicos, deveria dar-lhe capacidade de regular a economia nacional e garantir a integração do sistema produtivo, reduzindo a dependência externa. O fato de que hoje em dia o Estado seja responsável pela geração de 50 por cento do produto e de 60 por cento das inversões seria um instrumento que conduziria a esses fins. Juntamen-

9. Emma Rotschild, “Banks: The coming crisis”, em *The New York review of Books*, 27 de maio e 24 de junho de 1976.

te com esta ampliação da capacidade estatal, a renegociação das relações com o imperialismo, a fim de obter sua associação com o governo e/ou com a burguesia local em projetos industriais, desmantelando a modalidade do enclave, constitui o quarto traço característico da política do GRFA.

Desta maneira, o GRFA instituiu três setores de atividade: o estatal, no qual se inscrevem as formas de associação com o capital imperialista; o privado reformado, devido à constituição das comunidades trabalhistas; e o cooperativo. A todos eles deveria acrescentar-se no futuro o da propriedade social que deveria ser o hegemônico, a fim de consolidar a estrutura comunitária do país. Em consequência destas transformações e setorializações, o GRFA acrescentou a seu regime, além dos epítetos de cristão, libertário, socialista e humanista, o de pluralista. Uma vez que se afirmava em sua “autonomia conceitual”, que definiria a originalidade do “processo peruano”, ele sustentava a pluralidade de entidades produtivas. Daí que o GRFA se definisse como um sistema “não comunista e não capitalista”, criador de uma “democracia social de participação plena”, que procurava estabelecer uma terceira via autônoma, a que lembra o chavão aprista de “nem Washington nem Moscou”.

À proporção que a reestruturação avançava, a avalanche ideológica do regime militar crescia de maneira insistente, talvez para encher com palavras as limitações das reformas. De fato, estas, contrariamente ao que esperavam os planejadores, produziram uma reconcentração de riqueza e da renda¹⁰ e, paralelamente, uma maior penetração das empresas imperialistas na economia do país. Assim aconteceu devido ao caráter segmentário das reformas, que teve como consequência que a riqueza e a renda se redistribuissem entre a população concentrada nos 10 por cento superiores da pirâmide social. Esta ampliação da capacidade econômica da população redundou, por sua vez, no incremento da demanda de mercadorias tais como automóveis, que só as empresas multinacionais podiam oferecer.

Disse-se anteriormente que a reforma agrária ampliou a setores muito reduzidos os benefícios derivados da produção agropecuária, especialmente ao setor dedicado às exportações. O resto da agricultura, por seu caráter eminentemente pré-capitalista, pelo pagamento da dívida agrária e pelo controle de preços estava impossibilitada para produzir um crescimento da receita da população majoritária.

Em todos os demais setores da economia, o governo criou as comunidades trabalhistas, que, em proporções diferentes para cada setor, deviam perceber parte dos lucros das empresas, em dinheiro e em ações, até alcançar 50 por cento do capital. Desta maneira, os ideólogos do regime esperavam realizar uma sociedade solidária e comunitária. As comunidades trabalhistas vinham cumprir uma função distribucionista e de acumulação forçosa ao mesmo tempo. Quan-

10. Webb e Figueroa, *op. cit.*

to ao dinheiro, as comunidades trabalhistas redistribuem-no dentro de cada setor e, no caso da indústria, dentro de cada empresa. Assim, a população situada em empresas altamente capitalizadas recebe uma participação relativamente superior à que não se encontra nesse caso. Ademais, esta política supõe um distanciamento substancial dos trabalhadores agrupados nas comunidades trabalhistas, isto é, cerca de 10 por cento da população ativa, dos subempregados urbanos e rurais.

As limitações da comunidade trabalhista tornaram-se rapidamente evidentes. Daí que o GRFA idealizasse o setor da propriedade social, consistindo numa área de propriedade grupal, autogestionária, no qual os excedentes deviam redistribuir-se coletivamente entre todos os trabalhadores agrupados no setor. Mas também aqui se partia de um vício que limitava o desenvolvimento deste setor. Este vem a ser que a oferta e a demanda de bens se encontram regidas pelas regras capitalistas do mercado, baseado na acumulação privada e na expropriação coletiva. Em outras palavras, encontra-se condicionado por uma distribuição da riqueza e das receitas selada por um traço piramidal extremamente marcado.

Esta situação determinou que uma parcela muito estreita da população, conectada com o mais avançado da produção urbano-capitalista, em especial as camadas médias burocráticas em expansão, aumentassem sua demanda de bens de consumo. Daí que entre 1970-73 se experimentasse uma considerável expansão da construção de habitações de “classe média” e da venda de automóveis etc. E que, simultaneamente, uma ou duas multinacionais controlassem entre 40 e 60 por cento do valor da produção bruta de cada um dos ramos industriais do país e, por último, que umas quantas dúzias de empresas absorvessem 80 por cento do valor das importações totais do país¹¹.

Tal como se pôde observar, as reformas antioligárquicas do GRFA e a nova política externa procuram balancear o problema da distribuição com o da acumulação. As reformas antioligárquicas não só facilitaram uma distribuição segmentar como forneceram os meios para o estabelecimento de um importante capitalismo estatal. Por outro lado, as perspectivas petrolíferas e cupríferas do país lhe concederam os meios para sustentar, em aliança com o capital imperialista, uma acumulação a longo prazo. Se a dívida externa cresceu entre 1963-67 cinco vezes, de 1968 a 1975 foi guardada a mesma progressão: hoje o Peru tem o triste privilégio de ocupar o quarto lugar entre os países subdesenvolvidos com a dívida externa mais elevada.

X. O CORPORATIVISMO COMO PROJETO POLÍTICO

A “peculiaridade” da revolução militar tem raiz no fato de o GRFA realizar as reformas antioligárquicas e nacionalistas, pelas quais os setores médios

11. Jaime Gianella e Andrés González, *Análisis de la concentración en el sector industrial* (ms.).

e populares vinham lutando politicamente há várias décadas, de maneira técnica e burocrática; vale dizer, rejeitando a participação autônoma das organizações populares. Em outras palavras, que a relativa democratização social que supõe o conjunto das medidas governamentais se leva a cabo de maneira autoritária dentro das bases da militarização do Estado.

Tal como se disse antes, o objetivo final da reorganização institucional que o governo leva a cabo tem por finalidade construir um Estado comunitário, com claras filiações cristãs, que se expressa através de uma tentativa de conciliação de classes, que busca a Unidade Nacional. Assim, o exército deveria contar com uma retaguarda segura para o caso de um confronto com algum vizinho...

Em reiteradas ocasiões, o general Graham, chefe do Corpo de Oficiais Assessores da Presidência, órgão legislativo do governo, caracterizou o Peru “pré-revolucionário” pelo grau de divisão existente e no qual cada “conjunto” buscava obter benefícios particulares em detrimento da totalidade. Graham representava essa situação com a figura de um quadrado dividido por um alambrado. A ação do GRFA, afirmava o general, estava destinada a apagar tal alambrado que divide os peruanos e fazer do país um ente único, total, homogêneo. O general Velasco, por seu turno, em várias ocasiões afirmava que agora que se haviam eliminado os fatores de divisão do país, “todos os peruanos devemos jogar pela equipe com uniforme bicolor”*. Um ex-assessor da presidência afirmava que as reformas abririam uma tendência à eliminação das classes sociais. Em geral, a avalanche ideológica tendia a configurar uma imagem na qual os antagonismos sociais haviam perdido suas raízes sociais e, os que subsistiam, respondiam a mal-entendidos, dogmatismos ideológicos e interesses particulares para manter os antigos “direitos adquiridos”. Ou seja, a campanha ideológica do governo se dirigia à despolitização das forças populares, para apagar todo rastro de consciência classista e somar as forças populares às forças do governo, a fim de concretizar o sonho militar: a aliança forças armadas-povo.

Ao longo dos seis primeiros anos do GRFA observou-se uma rivalidade entre as forças populares dispostas a conquistar seus direitos através do fortalecimento de suas organizações autônomas e o governo, interessado em encaixar tais forças em organizações corporativas, dependentes do governo. Por razões que se verão ao longo desta apresentação, as tentativas do governo foram frustradas, devido ao desenvolvimento político popular que levou ao fracasso a ideologia e as organizações dependentes do Estado militar.

Desde o primeiro momento em que se implementou a reforma agrária, ficou claramente demonstrado o interesse do GRFA em desmobilizar as organizações camponesas e sindicatos que se haviam criado durante a década de sessenta e em solapar as bases apristas existentes nas novas cooperativas agríco-

* alusão às duas cores da bandeira peruana: vermelho e branco (N. T.).

las. Elementos radicais pretenderam criar “comitês de defesa da revolução”, que foram proibidos de funcionar. Estas situações criaram nos centros agrícolas uma forte tensão entre os trabalhadores e o pessoal dirigente designado pelo Ministério da Agricultura e os oficiais da inteligência — constituídos nos serviços de assessoramento. As greves que se sucederam e as repressões oficiais tendiam a destruir os propósitos comunitários do governo assim como o estabelecimento da aliança entre o povo e a força armada. Foi assim que se desenvolveu no seio do governo uma tendência disposta a resolver a falta de “comunicação” entre os setores populares e as forças armadas, constituídas em governo, pelo que se criou o Sistema Nacional de Apoio à Mobilização Social sob o pressuposto de que as camadas populares não estavam suficiente e devidamente organizadas. Sinamos era o organismo chamado a incorporar as massas no Estado, através de um amplo aparato corporativo. Dividia-se em setores encarregados de “apoiar” a organização e reorganização da sociedade em termos funcionais: camponeses, trabalhadores urbanos, povoações jovens (*pueblos jóvenes*) termo com o qual foram rebatizadas as periferias urbanas —, profissionais e intelectuais, jovens.

O país foi dividido em oito regiões que coincidiam com as regiões militares e nas quais o chefe militar de cada uma delas é ao mesmo tempo o chefe da região do Sinamos. Este chefe, com seu respectivo estado-maior e o assessoramento de técnicos encarregados de recomendar o necessário para melhorar o nível de vida do setor, leva a cabo uma ação assistencialista através da “autoajuda” da população. Mas o caráter “superministerial” do Sinamos e suas atividades despertaram na burocracia um repúdio bastante generalizado e uma repulsa universal das diferentes camadas da população.

O Sinamos, desde um primeiro momento, esforçou-se por dirigir a ação das massas e sincronizar o extenso aparato burocrático, que poderá escapar à vigilância dos serviços de inteligência; daí a desconfiança e a hostilidade que provocou no interior das forças armadas. Além do mais, o próprio fato de o corpo de profissionais que dirigia as ações do Sinamos provir de partidos políticos despertava uma grande suspeita dentro da instituição castrense. Ao fim e ao cabo, parecia que, do próprio interior do governo, alentava-se a criação de um movimento popular que, embora controlado militarmente, podia rebelar-se.

O Sinamos atraiu para si a repulsa das diferentes classes da sociedade. As classes populares perceberam nele um aparelho de enquadramento, como o era na realidade, que não se conjugava com suas aspirações reivindicativas. O próprio caráter limitado das reformas, como o observamos, militava contra a capacidade de cooptação do Sinamos. Por outro lado, a ação desdobrada pelos ativistas do Sinamos em favor dos camponeses, operários e habitantes das periferias despertava um acusado temor entre os diferentes setores proprietários,

temor de se encontrarem frente a um movimento no qual eles seriam os prejudicados.

Na medida em que o Sinamos legitimava as reivindicações populares e proclamava a busca de um socialismo “à peruana”, ele alentava as pressões redistributivas das classes populares, o que se chocava contra os interesses de acumulação por parte do Estado e da burguesia. Contrariamente ao esperado, essas pressões apuravam o divórcio entre a população e o governo, o que se evidenciou no surgimento de uma onda de greves que duplicava, em seu número de pessoas afetadas, as que havia experimentado o país no período “pré-revolucionário”.

Foi neste contexto que um número de profissionais a serviço dos militares pretenderam erigir um partido do governo, a fim de corrigir e aplainar os problemas de “comunicação” que se vinham acumulando e que o Sinamos não fizera senão acentuar. A discussão que se deu no seio do governo a este propósito — enquanto a população não tinha nada o que dizer — foi violenta. A tendência “militar” acabou ganhando: por um lado, aduzia-se que os partidos eram instituições sem função a cumprir na nova organização social que as forças armadas queriam estabelecer para os peruanos, posto que tais partidos acolhiam oligarquias que expropriavam o poder da população, impedindo assim a constituição de uma “democracia social de participação plena”. Esta devia, ao contrário do que se buscava com os partidos, criar grupos funcionais com acesso imediato às decisões que concerniam a estes. Como diria um dos tantos ideólogos, a política devia converter-se num problema imediato da vida quotidiana, de cada setor da sociedade. Assim, impugnava-se a “lei de ferro da oligarquia”. Outro ideólogo declarou, sem maiores dissimulações, que a constituição de um partido significaria desconhecer a função do verdadeiro partido da revolução e da vanguarda política do país: as forças armadas. Depois destes debates deu-se a “ordem” de acabar com tal discussão e a razão era clara. Durante quarenta anos, as forças armadas haviam constituído o obstáculo da mobilização popular e haviam emergido plenamente na vida política para institucionalizar sua contenção. Ademais, por sua própria natureza institucional vertida em governo, elas não iam procriar um movimento que pudesse alentar a destruição do caráter militar do governo.

Juntamente com a formação do Sinamos decretou-se a dissolução da Sociedade Nacional Agrária, que congregava os grandes e médios proprietários e criou-se — por lei — a Confederação Nacional Agrária, ao mesmo tempo em que o governo deixava de reconhecer os sindicatos de trabalhadores agrícolas que se haviam formado durante a última década em sua luta contra os latifundiários. A CNA estaria formada por ligas agrárias regionais que agrupariam todos os que tinham atividades agropecuárias, sem distinção nenhuma. As ligas agrárias deviam constituir correias de transmissão entre os planos do

governo e os interesses “camponeses”, colaborando nas ações governamentais. Seu reconhecimento estaria condicionado ao juízo do Sinamos, passando a depender organizacionalmente desta entidade. Todavia, essa criação institucional do governo teve de se enfrentar com a reorganização da Confederação Camponesa do Peru, que vinha desenvolvendo um intenso combate para defender os interesses autônomos dos camponeses, enfrentando as imposições estatais, desde o pagamento da dívida agrária, a velocidade das indenizações dos latifundiários, até o preço dos produtos agrícolas.

A presença da CCP e os conflitos dos camponeses com o Estado deram à CNA, apesar de sua dependência, um espaço próprio para solicitar e pressionar por reivindicações imediatas de suas bases sociais, favorecendo sua autonomização em relação ao governo, o que impediu a este contar com a CNA para obter os recursos políticos para continuar consensualmente seu projeto cristão.

Disse-se que no resto das atividades econômicas o GRFA instituiu as comunidades de trabalho. A comunidade, na qual participam todos os integrantes da empresa, é um mecanismo de participação, de redistribuição e acumulação. Ficou claro e explícito que o estabelecimento dessa instituição buscava desestimular as reivindicações salariais, os movimentos grevistas e as organizações de classe e, em contrapartida, estimular o crescimento da produção, a produtividade e o caráter solidário entre trabalhadores e capitalistas. Tal como se disse, com o estabelecimento das comunidades os trabalhadores não deveriam ir contra seus “próprios” interesses, realizando greves que descapitalizariam a empresa e por conseguinte a comunidade. Ao contrário, as comunidades deveriam procurar o estabelecimento de um espírito “familiar, comunal” no qual desapareceriam as divisões entre capital e trabalho.

Mas as intenções não conseguiram concretizar-se e, muito pelo contrário, favoreceram a constituição de uma nova frente na luta de classes. Graças ao próprio apoio do governo, os trabalhadores se interessaram por participar na vida diretora da empresa. Esta diretoria estatal criou dois fatos que subverteram os planos comunitários e corporativos do Estado: de um lado, os trabalhadores vieram a compreender o caráter explorador do capital, através do exame dos livros de contabilidade. A mais-valia deixava de ser um conceito para passar a ser uma realidade concreta. Por outro lado, esta disposição criou uma feroz resistência da burguesia em relação ao GRFA e, daí, aos trabalhadores. Isso constituiu claramente um motivo a mais para que os trabalhadores buscassem um novo nível de integração de classe. Daí que, com a oposição aberta do governo, os trabalhadores tentaram a constituição da Confederação Nacional de Comunidades Industriais (Conaci), enquanto a Confederação Geral de Trabalhadores do Peru (CGTP), que congrega a maioria das organizações sindicais, se consolidava em suas posições.

A resistência do governo à constituição da (Conaci) se devia ao fato de esta organização contrariar seus propósitos de encapsulamento dos trabalhadores em torno da comunidade de trabalho, já que facilitava a constituição de uma nova frente de integração classista que ameaçava o governo com sua autonomia. Tal como de fato aconteceu. No ato inaugural da Conaci, os trabalhadores não só atacaram duramente a burguesia pelas inúmeras manobras desta para subtrair a participação dos trabalhadores no controle das empresas, como também atacaram os funcionários encarregados do cumprimento da lei que decididamente passavam por cima dos problemas levantados pelos membros da comunidade. Ademais, exigiram o direito de veto nas decisões empresariais e a entrega imediata de 50 por cento do capital das empresas.

Paralelamente a esta atividade, a Conaci desenvolveu uma ativa campanha de educação, que de fato supunha uma ativa politização classista dos trabalhadores. Ante todas essas situações, o Ministério das Indústrias decretou a reorganização da Conaci. A partir de então se estabeleceu uma briga surda entre as duas instituições e, apesar de contar com todo o apoio estatal, a que respondia aos designios do governo nunca esteve em condições de controlar as comunidades industriais.

Simultaneamente a estas fracassadas ações governamentais visando capturar ideológica e organizativamente a população trabalhadora, a CGTP, que desde sua reorganização centralizava a ação dos sindicatos mais importantes do país, foi levada por suas bases, apesar da ambivalência do Partido Comunista, a reivindicar os direitos dos trabalhadores. Daí as intensas greves mineiras, do magistério, dos trabalhadores bancários, dos da indústria metalúrgica que o Peru conheceu a partir de 1970. Apesar das tentativas divisionistas do governo, nas quais contava com a colaboração do PC para eliminar os dirigentes qualificados de “ultras”, isto é, aqueles que não deixavam de lutar pela autonomia ideológica e de ação da classe popular e por seu desenvolvimento político, a CGTP se tem mantido, bem ou mal, como o órgão centralizador das ações dos trabalhadores. Apesar da ambivalência do PC, onde se recruta a burocracia dirigente da CGTP, que pretende apresentar-se como colaborador e sustentáculo das conquistas antiimperialistas do governo revolucionário — mesmo sabendo da profunda repulsa que os militares têm a tudo o que cheira a comunismo —, a CGTP representou um constante desafio para o GRFA. Daí que no seio do Ministério do Interior se constituiu a Central de Trabalhadores da Revolução Peruana (CRTP), dirigida por supostos trabalhadores que mais não eram senão funcionários daquele ministério. A CRTP, com a ajuda estatal, deveria ser capaz de ganhar para si os trabalhadores a favor da causa do governo, o qual, por sua vez, estaria disposto a fornecer-lhe toda a ajuda burocrática a fim de dividir o movimento operário. Todavia, a CRTP desde o início achou-se isolada e repelida pelo movimento popular. Devido a sua origem, a atividade da CRTP limitou-se a emitir comunicados de apoio “revolucioná-

rio” ao governo e a atacar as organizações classistas, definindo-se como uma “organização participacionista e não reivindicativa”.

Devido à pugnacidade da organização magisterial, o Sindicato Único de Trabalhadores da Educação Peruana (Sutep), que congrega a maioria do magistério com certa de 120 mil membros, constituiu-se num permanente bloqueio às aspirações do GRFA de efetuar burocraticamente a reforma da educação. O Sutep, ademais, tem sido um organismo de permanente reclamação salarial, que tem criado situações embaraçosas para o Estado. Sua capacidade de irradiação e de penetração, por sua capacidade de comunicação com as massas populares, tem constituído um poderoso freio à penetração ideológica do Sinafos. A fim de neutralizar essa capacidade, o governo criou uma cooperativa de serviços magisteriais, esperando assim desviar os interesses da organização para o usufruto de benefícios imediatos. No entanto, as sucessivas eleições representaram um triunfo esmagador para o Sutep. Diante desta situação e das pressões político-econômicas do magistério sindicalizado, o governo deixou de reconhecer oficialmente aquela organização e criou o Sindicato de Educadores da Revolução Peruana (Serp), que demonstrou não ter o apoio senão de 10 por cento do magistério nas eleições sindicais.

Foi assim que a instrumentação política para reformular a organização da sociedade em torno de um aparato corporativo que deveria congrega a unidade nacional, sob o comando militar, fracassou estrepitosamente desde o início. As próprias limitações reformistas do governo, junto com sua violência verbal em favor das exigências populares, determinaram que a população derrotasse em todas as frentes as perspectivas estatais. Todavia, a falta de integração política de tal população não permitiu que essa derrota se transformasse num triunfo político das classes dominadas. Assim, o resultado foi que se tornasse evidente a incapacidade de o Estado incorporar em seu seio o grosso da população peruana.

Se no campo popular o Estado fracassou em seu projeto de conciliação de classes, o mesmo aconteceu com a burguesia. Embora seja certo dizer que graças às reformas militares se conseguiu uma ampliação relativa do mercado interno e da taxa de lucro da burguesia, esta não se alinhou com o GRFA.

As reformas que depuraram o lastro pré-capitalista permitiram uma incorporação relativa de um segmento da população ao mercado industrial; graças ao novo papel empresarial do Estado, este tem propiciado de várias maneiras a acumulação da grande burguesia: aumentando a demanda, revalorizando seus ativos, atendendo a suas necessidades creditícias, isentando-a dos impostos sobre exportação e importação de bens de capital. Entretanto, a burguesia não tem deixado de manifestar sua repulsa em relação à política do GRFA.

Em termos gerais, este divórcio entre o GRFA e a burguesia, apesar dos apelos daquele para que esta classe se some a seu projeto, explica-se pelo interesse do novo Estado por desenvolver voluntariamente um projeto mantendo-

se equidistante das classes fundamentais da sociedade. A burguesia foi considerada, legitimamente, como um apêndice “estranho”, sem capacidade nem vontade de revolucionar nacionalmente a sociedade. Daí terem os militares concebido esta revolução “burguesa”, embora contra a vontade dos burgueses.

Dois tipos de decisões tomadas pelo GRFA definiram, a partir de 1970, o distanciamento entre o Estado e a burguesia. O primeiro se refere à constituição das comunidades de trabalho e de outras formas de participação dos trabalhadores na marcha da empresa, como a propriedade social. De fato, a burguesia manifestou muito claramente sua rejeição a contar com os trabalhadores na marcha de “suas” propriedades e mais ainda na possibilidade de que eles pudessem chegar a controlá-las majoritariamente. As comunidades de trabalho não só impedem a captação total dos excedentes à burguesia como criam o contexto que desautoriza a legitimidade do *controle* da classe dominante sobre os meios de produção. Daí que a burguesia desde o primeiro momento propusesse que os benefícios distribuídos pelas empresas fossem de caráter individual e não coletivo; da mesma forma, propôs que os trabalhadores, individualmente, se tornassem sócios-acionistas da empresa.

O segundo tipo de decisões que atingiu a burguesia foi o de caráter estritamente ideológico: a reforma da educação e a estatização da imprensa. Através de ambas as medidas o GRFA criou um novo âmbito ideológico, que ao mesmo tempo em que propiciava a formação de novos valores sociais, depreciava a legitimidade do capitalismo, e favorecia relativamente as reivindicações populares. Desta maneira, entre a comunidade de trabalho e os novos conteúdos ideológicos da educação e da imprensa, os empresários alegam que foram deslocados os princípios de autoridade e hierarquia, tão caros à instituição castrense, propiciando o desmantelamento da produção e a motivação para investir, dada a falta de “um clima de confiança”.

Daí resulta que o Estado, até 1975, se encontrasse entre dois fogos: o das classes populares e o da burguesia, classes que por razões diferentes não entram no jogo de conciliação de classes e não se enquadraram na organização corporativa disposta pelo Estado.

Dissemos acima que a política econômica do governo se fundava num redistribucionismo segmentário, complementado pelos fatores de acumulação que os empréstimos internacionais alentavam. A isso deve-se acrescentar a alta dos produtos da exportação, que se encontravam na maioria estatizados em 1974. Por causa da recessão internacional, os preços dos artigos iniciaram uma queda considerável, entre eles e cobre. Por outro lado as perspectivas relativas ao petróleo se esfumaram, já que não se encontrou o tão desejado Eldorado. Tudo isso se somou para criar uma difícil situação financeira que afetava duramente a balança comercial e a de pagamentos. De fato, em 1975 o Peru foi um dos quatro países do mundo mais atingidos nesse sentido: o serviço da dívida e o

déficit comercial davam um total equivalente ao valor total de suas exportações anuais.

Havia, portanto, a necessidade de reajustar a marcha do “processo” revolucionário. Em primeiro lugar, “pôr em seu lugar” os trabalhadores que buscavam defender-se da queda de seus rendimentos por causa da inflação em marcha. Mas também o GRFA experimentava uma crescente incapacidade política frente às mobilizações populares que escapavam a toda tentativa de enquadramento corporativo. Foi assim que de dentro do governo se implementou o Movimento Trabalhista Revolucionário (MLR) destinado a destruir o sindicalismo classista, com o claro e aberto apoio governamental. O gangsterismo sindical que os altos comandos militares propiciavam abertamente e que contradizia francamente todos os sonoros compromissos populares do GRFA provocou um protesto generalizado, no qual se inscreveram os ideólogos reformistas que o regime havia pinçado na imprensa estatizada, com o apoio de alguns generais da ala esquerdista do governo.

Velasco, ademais, favoreceu uma tácita aliança entre o MLR e a Apra — que esperava e alentava pacientemente a deterioração do governo militar a fim de desbaratar a crescente autonomia das classes populares e a crescente penetração dos grupos da esquerda revolucionária no seio do movimento popular. A nova situação fez com que se repetisse o cenário do último período belaundista: os elementos radicais dentro do governo consideraram abertamente que esta aliança supunha uma reversão do processo. Velasco, num arrebatamento personalista, tendência que se tinha vindo afirmando nos últimos anos e que é intrínseca à burocratização do poder, expropriou a Marcona Mining a fim de resgatar sua imagem nacionalista, transgredindo as negociações em curso. Por causa disso, a empresa multinacional bloqueou o transporte e a comercialização do ferro, num momento de aguda crise econômica. Novamente o governo norte-americano propiciou o estabelecimento de negociações que conduziram a um acordo, acalmando a ansiedade dos meios financeiros internacionais.

A isso somou-se que em agosto de 1975 Velasco deportou, uma vez mais, um conjunto de jornalistas, dirigentes sindicais e advogados que criticavam duramente o apoio governamental ao MLR e a onda de ilegalizações de greves, assim como as medidas econômicas ditadas para remediar a crise.

Assim, as dissidências internas ao regime e o confronto popular com o governo acentuavam a crise política do GRFA. Mas a isso vinham juntar-se as fissuras internas na instituição militar. Uma greve da polícia, que foi esmagada com o máximo de rigor, pôs em evidência as diferenças existentes no seio da força armada, e que se haviam mostrado anteriormente entre o exército e a marinha, quando esta rejeitou a estatização da imprensa. Por causa da greve policial, que deixou Lima por três dias sem proteção, desatou-se um verdadeiro motim popular, com o conseguinte saque às casas comerciais, sem que nenhum contingente “revolucionário” estivesse em condições de opor resistência

aos atos desorbitados de duas mil pessoas. Ao cabo de três dias, a entrada do destacamento blindado localizado na cidade, que metralhou impunemente a população dos bairros periféricos, acabou com esta manifestação popular.

Finalmente, durante os meses de julho e agosto, criou-se uma tensa situação fronteiriça com o Chile e a Bolívia, o que obrigou os comandos militares a retomarem o poder que Velasco detinha. Em 29 de agosto de 1975, num novo ato institucional, os comandantes das regiões militares depuseram Velasco e o obrigaram a renunciar. Naquela tarde, Velasco, tal como Belaúnde sete anos antes, saiu sozinho de palácio, passando despercebido pela população de Lima.

Em resumo, a política de conciliação de classes que procurava estabelecer-se através de uma organização corporativa, que deveria encapsular e despolitizar as classes populares, viu-se incapaz de materializar-se devido à decidida luta dos setores populares, uma vez que suas reivindicações redistributivas e de democratização política não se tornavam efetivas. A mesma tendência organizativa e ideológica que havia criado o governo voltava-se agora contra ele.

A burguesia tampouco aceitou o pacto social formulado pelo governo militar, já que as reformas atentam contra sua hegemonia econômica e especialmente política. Foi assim que Velasco deu uma guinada completa, abrindo uma vertente “fascistóide” através do MLR, com o qual buscava derrotar a organização popular e oferecer a paz social que a burguesia e o imperialismo exigiam para resolver os problemas da nova conjuntura econômica em que se inseria o Peru.

Mas era tarde demais. Aquela guinada política desatou uma luta de classes que ultrapassava os níveis que o GRFA podia tolerar politicamente. Assim, as forças armadas, ou melhor seus comandos, procuraram através da deposição do chefe “indiscutido e indiscutível da revolução” congelar a situação e fazer os necessários ajustes.

XI. A SEGUNDA FASE, OU “A PRIMAVERA DA REVOLUÇÃO”

A mudança na direção do GRFA esteve marcada, em seu começo, por duas tendências bem marcadas: por um lado, facilitar uma política de “abertura democrática”, e por outro, executar os reajustes econômicos que propiciassem o restabelecimento da saúde econômica do país. Tal como o proclamara um general, entrava-se numa fase caracterizada pela nova política econômica — fazendo comparações com a NEP*.

Quanto à “abertura democrática”, o governo procurou distanciar-se de todas as figuras que simbolizassem o primeiro período, ou a primeira fase, da revolução. Levou-se aos tribunais um sem-número de generais e de civis que

* NEP = Nova política econômica, instituída por Lênin na URSS entre 1921-29 (N. do T.).

o rumor público acusava de corrupção. Ademais, permitiu-se o regresso dos deportados e a reimpressão de um grande número de revistas que se situavam tanto à esquerda quanto à direita do governo. Desmantelou-se o MLR, abrindo caminho para que se tornassem públicos os conflitos internos da CRTP.

Da mesma forma, o governo presidido pelo general Morales Bermúdez procurou ampliar o respaldo popular ao regime desenvolvendo “diálogos” com o “povo”, diálogos que ele havia inaugurado no princípio do ano ao ser nomeado, por razões de hierarquia, primeiro-ministro e ministro da Guerra. Mas além disso, Morales sugeriu ao presidente da CNA a necessidade de criar uma frente de defesa da revolução peruana na qual se incluíam os setores militantes do “processo”. Mas novamente as mesmas razões para vetar o partido da revolução continuaram valendo para que este projeto não se tornasse realidade. O problema básico, agora, era depurar as instituições estatais dos “infiltrados” de esquerda, que supostamente buscavam “torcer” o rumo da revolução.

Todas estas medidas, porém, mostraram-se rapidamente contraproducentes para a preservação do regime, já que não faziam mais do que aguçar a contenda política. De fato, tal como se disse, o ano de 1975 foi de aguda crise econômica: recessão e inflação corriam lado a lado. Por isso, em junho se havia começado a lançar as bases de uma política estabilizadora que assinala, muito mais que todos os discursos e promessas, a realidade da revolução peruana. Então, restringiram-se os subsídios aos produtos básicos — alimentos e combustíveis — o que, ao não se acompanhado de um proporcional reajuste salarial, provocou uma nova fase de hostilidade popular, assim como das classes médias. Em setembro, o novo governo desvalorizou em 17 por cento a moeda nacional, o que aguçou as tendências inflacionárias da economia. Em tais condições, a luta popular alcançou níveis que o governo se via incapaz de resolver senão pela repressão. O governo resgatou um velho decreto que se havia imposto havia cinquenta anos, limitando o direito de greve, e encarcerou dirigentes e advogados sindicais, buscando assim reprimir a ação das massas.

Em janeiro de 1976, o ministro da Economia, o primeiro civil a integrar o gabinete, diante da gravidade da situação fiscal, decretou um plano de reativação econômica que, apesar de seu título, tinha uma clara conotação estabilizadora e pró-FMI, o que golpeou ainda mais duramente a grande maioria dos trabalhadores. É claro que, como diz Portocarrero, “esta política econômica tem uma orientação fundamental: proteger os lucros do capital privado e estatal, assim como os recursos do fisco, por um lado, e descarregar as consequências da crise sobre os setores populares e as camadas médias assalariadas, por outro”.

Apesar das restrições às greves, elas tiveram um crescimento insólito na vida sindical, o que tornava o governo incapaz de resolver sua situação com os interesses internacionais e com a burguesia local. Por outro lado, a burguesia

sia se somou à pressão sobre o Estado para que se desfizessem as comunidades industriais, para que se restringisse a autonomia da imprensa e se disciplinasse o movimento operário, a fim de contribuir para o ajuste da crise econômica. Assim, o caráter conciliatório pregado pelos militares se viu cada vez mais retalhado pelo embate das classes fundamentais da sociedade.

Enquanto perseguia o movimento popular, o GRFA, em sua segunda fase “primaveril”, foi concedendo espaço à burguesia, como uma clara mensagem de que buscava sua aproximação. A mais importante concessão foi a lei da pequena empresa, que limitava a ação das comunidades de trabalho. A segunda mensagem foi a demissão dos diretores dos jornais, colocando a imprensa sob o estrito e total controle do Sistema Nacional de Informação.

Este contínuo distanciamento do GRFA das aspirações populares e aproximação das exigências da burguesia culminaram em julho de 1976, quando o governo provocou uma nova desvalorização de 44 por cento, inaugurando posteriormente uma sucessão de minidesvalorizações. Conjuntamente a isso, e devido aos protestos populares, decretou o estado de sítio, e toque de recolher, o fechamento das revistas e por último o estado de emergência nacional, que proíbe formalmente as greves e as reuniões políticas e sindicais. No mesmo mês de julho, tornou-se patente uma divisão nos comandos militares-governamentais pelo caráter de tais medidas, razão pela qual foram eliminados aqueles generais reformistas que ainda restavam no GRFA e que simbolizavam o projeto original de 3 de outubro de 1968. Por último, em novembro de 1976, o presidente, numa reunião oficial com a burguesia, anunciou a reorganização das comunidades de trabalho. A distribuição dos dividendos e das ações teria um caráter individual no futuro, e as comunidades participariam somente em até 33 por cento do capital da empresa, em vez dos 50 por cento originais.

A isso se soma que vários generais-ministros se têm declarado favoráveis à inversão privada e à estrangeira, que traz capitais, tecnologia e permite ampliar o mercado externo para as exportações peruanas, favorecendo o restabelecimento da saúde econômica. Em breve, num momento seguinte, poder-se-ia novamente tentar levar a cabo o projeto comunitário do país. Hoje em dia, o objetivo seria produzir mais, com maior “eficiência”. Entrementes, a repressão popular vai aumentando, apesar das boas intenções de alguns cristãos.

A contínua marcha do GRFA rumo a uma política burguesa e pró-imperialista, que supõe a redução dos direitos sociais e políticos da população, volta a estabelecer a luta política em seus justos termos, eliminando o suposto caráter conciliatório e autônomo do Estado militar no Peru.

XII. BIBLIOGRAFIA

ARGUEDAS, José María, *Formación de una cultura nacional indoamericana*, México, Siglo XXI, 1975.

- BARRIENTOS CASOS, Luis Felipe, *Los tres sindicalismos*, Lima, Ed. Continental, 1958.
- BASADRE, Jorge, *Historia de la República del Perú, 1822-1933*, Lima, Ed. Universitaria, 1968-1969, 18 vols.
- BELAÜNDE, Víctor Andrés, *Meditaciones peruanas*, Lima, Talleres Gráficos Villanueva, 1963.
- DISCO 241 - UNIV.BRAS. - AMERICA LATINA - 14.7.88 - ELZA - ARQ.192.47 - LAUDAS 415 A 418
- BOURRICAUD, François, *Poder y sociedad en el Perú contemporáneo*, Buenos Aires, Editorial Sur, 1967.
- BOURRICAUD, F., BRAVO BRESANI, J. et al., *La oligarquía en el Perú*, Lima, Instituto de Estudios Peruanos, Moncloa-Campodónico Editores, 1969.
- CÁCERES, José Raúl, *El pasmo de una insurgencia: Ensayo de interpretación de la realidad política peruana*, Lima, Ed. Perú, 1942.
- CALDERÓN COCKVURON, et al., *Perú, 1968-1973. Cronología política*, Lima, Editorial DESCO, 1975.
- CAREY, J., *Peru and the United States 1900-1962*, Notre Dame, Indiana, Notre Dame University Press, 1964.
- COTLER, Julio, *Crisis política y populismo militar en el Perú*, Lima, mimeog., Instituto de Estudios Peruanos, 1969.
- _____, *Clases, estado y nación en el Perú*, Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 1978.
- CHIRINOS SOTO, Enrique, *Perú frente a junio de 1962*, Lima, 1962.
- DELGADO, Carlos, *Problemas sociales en el Perú contemporáneo*, Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 1972.
- HAYA DE LA TORRE, Víctor Raúl, *Pensamiento aprista*, Lima, Editorial Pueblos, 1961, 5 vols.
- KAPSOLI, Wilfredo, *Luchas obreras en el Perú por la jornada de las ocho horas*, Lima, 1969.
- KLAREN, P., *La formación de las haciendas azucareras y los orígenes del Apra*, Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 1972.
- MALPICA, Carlos, *Los dueños del Perú*, Lima, Editorial Peisa, 1975.
- MARIÁTEGUI, José Carlos, *El proletariado y su organización*, México, Ed. Grijalbo, 1970.
- _____, *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*, Lima, Empresa Editora Amauta, 1968.
- MARTÍNEZ DE LA TORRE, Ricardo, *Apuntes para una interpretación marxista de la historia social del Perú*, Lima, Empresa Editora Peruana, 1947-49, 4 vols.
- MATOS MAR, José et al., *El Perú actual: sociedad y política*, México, Instituto de Investigaciones Sociales, UNAM, 1970.
- _____, *Perú hoy*, México, Siglo XXI, 1975.
- PARRA, Pedro, *Bautismo de fuego del proletariado peruano*, Lima, Ed. Horizonte, 1969.
- PAYNE, James L., *Labor and politics in Peru*, New Haven, Yale University Press, 1965.
- PEASE GARCÍA, Henry, *Perú 1968-1973, cronología política*, Lima, Editorial DESCO, 1975. vol. I.
- QUIJANO OBREGÓN, Aníbal, *Nacionalismo, neoimperialismo y militarismo en el Perú*, Buenos Aires, Ed. Periferia, 1971.
- SÁNCHEZ, Luis Alberto, *Testimonio personal. Memorias de un peruano del siglo XX*, Lima, Editorial Villasán, 1969, 3 vols.
- SHARP, D. et al., *Estados Unidos y la revolución peruana*, Buenos Aires, Editorial Suramericana, 1972.
- SULMONT, Denise, *Historia del movimiento obrero*, Lima, Universidad Católica de Perú, 1976.
- VALDERRAMA, Mariano, *Siete años de reforma agraria*, Lima, Universidad Católica de Perú, 1976.
- VILLANUEVA, Víctor, *El Apra en busca del poder: 1930-1940*, Lima, Ed. Horizonte, 1975.
- _____, *El militarismo en el Perú*, Lima, Ed. T. Scheuch, 1962.
- ZITOR, *Historia de las principales huelgas y paros obreros habidos en el Perú*, manuscrito, 1946 (Manuscrito El-221 na Sala de investigações bibliográficas, Biblioteca Nacional do Peru).

Impresso por



Linha Gráfica
Editora Ltda.

SIG Q R LOTES 2327-33 CEP 70610-100 TELS. 224 7706-224 7704 7704 7708 BRASÍLIA DF



COLEÇÃO PENSAMENTO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO

A Coleção Pensamento **Latino-americano e Caribenho** foi criada com o objetivo de apresentar ensaios de natureza política, econômica, social, cultural, filosófica ou literária da América Latina e do Caribe, na visão de historiadores dessa região. Sem perder de vista a perspectiva histórica, na coleção é analisada a situação atual desses povos, em particular o processo de colonização havido e, sobretudo, o processo de dominação existente. Integra a Coleção **Pensamento Latino-americano e Caribenho** a Série **América Latina: história de meio Século**, assim composta:

VOLUMES JÁ EDITADOS

VOLUME 1

- Argentina
- Brasil
- Chile
- Paraguai
- Uruguai

VOLUME 2

- Bolívia
- Colômbia
- Equador
- Peru
- Venezuela

Nos próximos volumes estudos sobre:

- El Salvador
 - Nicarágua
 - Costa Rica
 - Panamá
 - México
 - Guatemala
 - Honduras
 - Cuba
 - República Dominicana
 - Haiti
 - Porto Rico
-

AMÉRICA LATINA

HISTÓRIA DE MEIO SÉCULO



2
BOLÍVIA
COLÔMBIA
EQUADOR
PERU
VENEZUELA

"A guerra era desde cedo inevitável. Por que os dois países mais pobres da região tinham de se lançar a uma tal aventura? Talvez porque supunham que o único que lhes restava era sua honra. A negociação era o único que pedia a lógica, mas não eram lógicos os homens que deveriam pensar na negociação. A diplomacia teria sido possível, mas somente se se tratasse de países não-submetidos a semelhantes pressões emocionais, acumuladas e jamais racionalizadas." Esta é uma faceta da situação do início dos anos 20 enfrentada pela Bolívia que é analisada no presente volume. A obra contém ainda estudos sobre os 50 anos (de 1925 a 1975) dos demais países que formam o grupo andino (Colômbia, Equador, Peru e Venezuela).

FLÁVIO CASTRO

ISBN: 85-230-0257-X